



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BENEDITO NOVO
CNPJ: 83.102.780/0001-08
Rua Celso Ramos, 5070 - Centro - Benedito Novo - SC
CEP: 89.124-000 - FONE (47) 3385-0487

EDITAL DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 87/2026 PREGÃO ELETRÔNICO

MODALIDADE	Pregão Eletrônico
FORMA DE JULGAMENTO	Menor Preço <input checked="" type="checkbox"/> Por Item <input type="checkbox"/> Por Lote <input type="checkbox"/> Global
FORMA DE FORNECIMENTO	<input checked="" type="checkbox"/> Parcelada <input type="checkbox"/> Única
MODO DE DISPUTA	Aberto
EXCLUSIVIDADE PARA MEI/ME/EPP	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Para itens com valor total estimado até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) a administração pública deve realizar licitações exclusivas para MEI, ME ou EPP, conforme art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006 e art. 10 do Decreto Municipal nº 117/2023.
FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS	13/07/2026 – 08h30m
ABERTURA E DISPUTA DA LANCES	13/07/2026 – 08h31m
REFERÊNCIA DE TEMPO	Horário de Brasília
LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA	Virtual
PORTAL DE LICITAÇÃO	https://comprasbr.com.br/
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO	R\$ 1.967.829,96
AMPARO LEGAL	Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, Decretos Municipais nº 117/2023 e 32/2025
ACESSO AO EDITAL	https://comprasbr.com.br/ https://beneditonovo.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais#conteudo
CONSULTAS/ESCLARECIMENTOS	https://comprasbr.com.br/ licitacao2@beneditonovo.sc.gov.br Fone: (47) 3385-0487, ramal 2008 e 2079
FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E DÚVIDAS SOBRE A PLATAFORMA DE LICITAÇÕES	https://comprasbr.com.br/ Fone: (67) 3303-2740

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. A PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO, em conformidade com a legislação e normas pertinentes, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, dispondo no presente Edital as condições de sua realização.

1.2. O Pregão, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através da Plataforma de Licitações utilizada pelo Município.

1.3. Toda e qualquer alteração que possivelmente ocorrer neste Edital, tais como errata, adendo, suspensão ou revogação, deverá ser consultada pelos licitantes interessados no Sítio Eletrônico Oficial do Município e na Plataforma de Licitações.

1.3.1. A administração não se responsabilizará caso o licitante interessado não visualize a(s) alteração (ões) descritas no subitem anterior e publicadas nos endereços eletrônicos supracitados, consequentemente desconhecendo o teor dos avisos publicados.

1.4. Os trabalhos serão conduzidos pela Pregoeira do Município, devidamente designada pela Portaria Municipal nº 1/2025, anexada aos autos do procedimento.

2. DO OBJETO

2.1. A presente licitação tem por finalidade a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR UTILIZANDO VEÍCULO ÔNIBUS, MICRO-ÔNIBUS E VAN ESCOLAR PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO, conforme itens, quantidades e características descritas no Termo de Referência e demais anexos do Edital.





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BENEDITO NOVO
CNPJ: 83.102.780/0001-08
Rua Celso Ramos, 5070 - Centro - Benedito Novo - SC
CEP: 89.124-000 - FONE (47) 3385-0487

3. CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados legalmente constituídos e que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos neste Edital e seus Anexos e que estejam devidamente cadastrados e credenciados na Plataforma de Licitações, que atuará como órgão provedor do Sistema Eletrônico.

3.1.1. Os profissionais organizados sob a forma de Cooperativa poderão participar desta licitação, nos termos do Art. 16 da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.2. Ao apresentar a proposta fica evidenciado que o licitante aceita os termos do presente Edital e seus anexos.

3.3. Não poderão participar desta licitação ou da execução do contrato, direta ou indiretamente:

a) Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

b) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

c) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

d) Pessoas físicas ou jurídicas que estejam cumprindo pena de impedimento de contratar com o Município de Benedito Novo;

e) Pessoas físicas ou jurídicas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, em quaisquer de seus órgãos, ainda que descentralizados, sendo que a Administração Municipal é uma e a penalidade aplicada em um órgão sancionador, alcança todos os demais entes;

f) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do Município de Benedito Novo ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

g) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

h) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

i) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

j) Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do Município de Benedito Novo, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do Art. 9º da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.3.2. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem as alíneas “b” e “c” do item 3.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.3.3. O disposto nas alíneas “b” e “c” do item 3.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.3.4. O disposto nas alíneas “d” e “e” do item 3.3 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.3.5. A observância das vedações supra é de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

4. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E DA EFETIVA PARTICIPAÇÃO

4.1. Os licitantes interessados em participar do presente processo licitatório deverão cadastrar-se previamente perante o provedor do sistema eletrônico da Plataforma de Licitações.





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BENEDITO NOVO
CNPJ: 83.102.780/0001-08
Rua Celso Ramos, 5070 - Centro - Benedito Novo - SC
CEP: 89.124-000 - FONE (47) 3385-0487

4.2. O Credenciamento para acesso ao sistema ocorrerá pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível.

4.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

4.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua exclusiva responsabilidade, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Prefeitura qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

4.6. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal do credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando data e horário limite estabelecido.

4.7. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

4.8. COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO, O LICITANTE ASSINALARÁ “SIM” OU “NÃO” EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO, RELATIVO ÀS SEGUINTE DECLARAÇÕES:

a) Que não incorre nas condições impeditivas do Art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021.

b) Que atende aos requisitos de habilitação, conforme disposto no Art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

c) Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme Art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

d) Que a proposta apresentada para esta licitação está em conformidade com as exigências do Edital e se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.

e) Que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme Art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

f) Que está ciente do edital e concorda com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o Art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/2021.

g) Que para fins do disposto no inciso VI do Art. 68, da Lei Federal nº 14.133/2021, não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do Art. 7º, da Constituição Federal/1988.

h) Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do Art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/1988.

i) Que, se for o caso, está enquadrado como MEI, ME ou EPP, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência e declaro estar ciente do disposto nos Parágrafos 1º ao 3º do Art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2021.

j) Que, se for o caso, é organizado em cooperativa e que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 16 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.9. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital e na Lei Federal nº 14.133/2021.

5. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

5.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura do certame, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o Ato Convocatório deste Pregão, devendo protocolizar o pedido diretamente pela Plataforma de Licitações, no local específico dentro do processo licitatório em análise - cabendo ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de até 03 (três) dias úteis (Art. 164, § único, Lei Federal nº 14.133/2021), limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.1.1. Caso seja acolhida a impugnação contra o Ato Convocatório e a modificação comprometa a formulação das propostas, será definida e publicada nova data para a realização do certame, respeitando os prazos mínimos do Art. 55 da Lei Federal nº 14.133/2021.





5.1.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada na mesma Plataforma de Licitações em que o Edital se encontra.

5.2. Não serão reconhecidas as solicitações de esclarecimentos e as impugnações apresentadas fora do prazo estipulado no item 5.1 e/ou subscritas por representante não habilitado legalmente e/ou não identificado para responder pelo proponente.

5.2.1. Decairá do direito de impugnar os termos deste edital, por falhas ou irregularidades, o proponente/licitante que não o fizer até o terceiro dia útil que anteceder à data de realização da sessão pública do Pregão, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

5.3. A impugnação feita tempestivamente pelo proponente/licitante não o impedirá de participar do certame.

6. DA PROPOSTA DE PREÇOS NA PLATAFORMA DE LICITAÇÕES

6.1. O licitante deverá formular sua proposta, exclusivamente por meio da Plataforma Licitações, através da digitação da senha privativa, a partir da data da liberação do edital, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

6.2. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, do preço unitário e o preço total.

6.2.1. Não poderá ser incluído no registro da proposta eletrônica qualquer nome, texto, elemento ou caractere que possa identificar o licitante, sob pena de **DECLASSIFICAÇÃO** da proposta e aplicação de sanção administrativa prevista neste edital.

6.2.2. Os preços deverão ser apresentados em moeda corrente nacional com, no máximo, 2 (duas) casas decimais após a vírgula, computados os tributos de qualquer natureza incidentes sobre o objeto a ser fornecido, bem como o custo de transporte, inclusive carga e descarga, correndo tal operação, única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade da empresa vencedora desta Licitação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

6.4. O licitante deverá observar que quando a forma de julgamento for por lotes, deverá cotar preço para todos os subitens do lote, sob pena de terem sua proposta desclassificada por estar incompleta prejudicando assim o julgamento.

6.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.6. O prazo de validade da proposta é fixado em 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.6.1. Caso haja omissão, na proposta, dos prazos de sua validade e/ou de garantia, aplicar-se-ão os prazos estipulados neste edital.

6.6.2. O prazo de validade da proposta de preços ficará suspenso quando ocorrer qualquer recurso, até a decisão do mérito.

6.7. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

6.8. A sessão poderá ser suspensa pelo pregoeiro a qualquer momento para análise e conformidade das propostas.

6.8.1. Após a suspensão da sessão pública, o pregoeiro enviará, via chat, mensagem aos licitantes informando a data e o horário previsto para o início da oferta de lances.

6.9. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome na Plataforma de Licitações, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, os lances inseridos durante a sessão pública.

6.10. O licitante deve respeitar os preços máximos estabelecidos no edital e seus anexos.

6.10.1. Caso a proposta do licitante vencedor, após o término da disputa de preços, estiver com valor superior ao máximo estimado para a contratação, será realizada a negociação direta com este, e em caso de não haver negociação, sua proposta será desclassificada, conforme estabelece a alínea “c” do item 11.2 deste instrumento.

6.11. No caso de alguma inconsistência no descritivo dos itens entre o Edital e o constante na Plataforma de Licitações, deverá ser considerado o descritivo do Edital.

6.12. A inserção dos documentos de habilitação juntamente com a proposta previamente à abertura da sessão pública é opcional, sendo obrigatório que os mesmos sejam inseridos apenas pelo licitante vencedor no prazo de 02 (duas) horas após o licitante ser declarado vencedor no certame.

7. DA HABILITAÇÃO





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BENEDITO NOVO
CNPJ: 83.102.780/0001-08
Rua Celso Ramos, 5070 - Centro - Benedito Novo - SC
CEP: 89.124-000 - FONE (47) 3385-0487

7.1. Para habilitação, será exigida, exclusivamente e somente do licitante vencedor, a documentação relativa à habilitação jurídica; qualificação técnica; habilitação fiscal, social e trabalhista; e habilitação econômico-financeira, conforme a seguir:

7.1.1. Habilitação Jurídica:

7.1.1.1. No caso de empresário individual: Registro Comercial e cédula de identidade, ou;

7.1.1.2. No caso de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, ou;

7.1.1.3. No caso de sociedade empresária: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, onde se possa identificar o administrador, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos que comprovem a eleição de seus administradores; ou;

7.1.1.4. No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o Art. 107 da Lei nº 5.764/1971, ou;

7.1.1.5. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: Decreto de Autorização e Ato de Registro ou Autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Será obrigatório, sob pena de inabilitação, que o licitante tenha em seus atos constitutivos/objeto social, as atividades compatíveis com o objeto deste Termo.

7.1.2. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

7.1.2.1. Inscrição da empresa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), através de Comprovante de Situação Cadastral emitido pela Receita Federal.

7.1.2.2. Regularidade com a Fazenda Federal, através de Certidão emitida pela Secretaria da Receita Federal conjuntamente com a Procuradora Geral da Fazenda Nacional.

7.1.2.3. Regularidade para com a Fazenda Estadual, emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda.

7.1.2.4. Regularidade para com a Fazenda Municipal, emitida pelo Município sede do licitante.

7.1.2.5. Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (CRF), demonstrando a situação regular no cumprimento dos encargos instituídos por Lei.

7.1.2.6. Regularidade com a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida pelo TST - Tribunal Superior do Trabalho.

7.1.3. Habilitação Econômico-financeira:

7.1.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede da empresa, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias quando não constar expressamente no corpo da Certidão o seu prazo de validade. (Nota: Havendo registro de ação de natureza falimentar, o agente de contratação deverá realizar diligências para apurar a real situação do processo, sendo vedada a inabilitação sumária do licitante apenas pela existência do pedido).

7.1.4. Qualificação Técnica:

7.1.4.1. Atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove(m) aptidão para desempenho de atividade de transporte escolar.

7.1.4.2. O licitante deverá apresentar juntamente com a documentação de habilitação Declaração subscrita pelo seu representante legal, conforme modelo do Anexo IV, declarando:

a) que se responsabiliza civilmente e criminalmente pelos serviços contratados, por prejuízos e danos que venham a causar aos estudantes usuários, aos empregados, ao Município e/ou a terceiros, depois de comprovada sua negligência;

b) que se submete à fiscalização da Secretaria Municipal de Educação e/ou da Comissão de Fiscalização constituída e nomeada para este fim, no que diz respeito ao comportamento dos motoristas, situação dos veículos e demais itens pertinentes aos serviços, sem aviso prévio;

c) que dispõe de todos os veículos, condutores e monitores necessários para atender aos itinerários dos quais for vencedora, sendo que os mesmos deverão atender as exigências do Código de Trânsito Brasileiro.

d) que se responsabiliza pela substituição imediata do(s) veículo(s), nas mesmas ou melhores





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BENEDITO NOVO
CNPJ: 83.102.780/0001-08
Rua Celso Ramos, 5070 - Centro - Benedito Novo - SC
CEP: 89.124-000 - FONE (47) 3385-0487

condições de uso, em caso de impossibilidade de utilização do veículo originalmente utilizado e cadastrado, afim de não prejudicar os estudantes transportados, assim como, pela substituição do(s) motorista(s) e monitor(es).

7.2. Os documentos que não constarem expressamente seu prazo de validade, serão considerados válidos por 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua emissão.

7.3. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação, apenas pelo(s) licitante(s) vencedor(es), conforme Art. 63, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.4. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser enviados por meio da Plataforma de Licitações, em formato digital, no prazo de até 02 (duas) horas, contadas a partir da solicitação do pregoeiro, sob pena de inabilitação/desclassificação. Caso os documentos sejam inseridos antes desse tempo, a sessão poderá ser retomada imediatamente, cabendo a todos os licitantes acompanharem em tempo real, sem poder fazer alegações posteriores.

7.5. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.6. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.6.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o subitem anterior, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência.

7.7. O pregoeiro reserva-se o direito de solicitar ao licitante, em qualquer tempo, no curso da Licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues.

7.8. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

7.9. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

OBSERVAÇÕES

a) As certidões negativas ou positivas com efeito de negativas deverão ser do domicílio ou sede do licitante.

b) As Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar toda documentação para comprovação de regularidade fiscal, **MESMO QUE ESTA APRESENTE ALGUMA RESTRIÇÃO**, conforme estabelecido no Art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006.

c) Quando se tratar de documento obtido através da Internet, este deve possuir elementos para a sua verificação, uma vez que **PODERÁ** ter sua validade confirmada pelo pregoeiro e equipe de apoio.

d) Os documentos enviados eletronicamente devem ser versões digitalizadas dos originais assinados.

e) Os documentos remetidos eletronicamente poderão ser solicitados, a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo pregoeiro em original ou por cópia autenticada por tabelião ou autenticada por servidor da Prefeitura Municipal, via sistema.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, na data e horário indicados neste Edital, por meio de sistema eletrônico, através da Plataforma de Licitações.

8.2. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.3. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

8.3.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.3.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

9. DA FORMULAÇÃO DE LANCES





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BENEDITO NOVO
CNPJ: 83.102.780/0001-08
Rua Celso Ramos, 5070 - Centro - Benedito Novo - SC
CEP: 89.124-000 - FONE (47) 3385-0487

- 9.1. O Pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 9.1.1. O lance deverá ser ofertado de acordo com a forma de julgamento indicada no preâmbulo deste Edital (Por item ou por lote).
- 9.1.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 9.2. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
- 9.2.1. O Pregoeiro poderá durante o transcurso dos lances, fixar ou alterar o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances.
- 9.2.2. Entende-se por lances intermediários os lances iguais ou superiores ao menor já ofertado, porém inferiores ao último lance dado pelo próprio licitante; ou
- 9.2.3. Iguais ou inferiores ao maior já ofertado, quando adotado o critério de julgamento de maior lance.
- 9.3. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 9.4. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 9.5. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 9.5.1. Se a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, através de publicação no(s) sítio(s) eletrônico(s) utilizado(s) para divulgação.
- 9.6. Na fase de lances, no caso de evidente equívoco de digitação pelo licitante, em que este equívoco der causa a preço incompatível ou lance inexequível, o preço incompatível ou lance inexequível poderá, motivadamente, ser excluído do sistema.
- 9.7. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

10. DO MODO DE DISPUTA

- 10.1. Será adotado para o envio de lances neste Pregão Eletrônico o **modo de disputa ABERTO**, conforme definido no Artigo 56, Inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 10.2. Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, exclusivamente por meio do sistema eletrônico. O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo.
- 10.3. A etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 10.3.1. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.
- 10.3.2. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública será encerrada automaticamente.
- 10.4. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 10.5. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, o sistema identificará as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.
- 10.6. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BENEDITO NOVO
CNPJ: 83.102.780/0001-08
Rua Celso Ramos, 5070 - Centro - Benedito Novo - SC
CEP: 89.124-000 - FONE (47) 3385-0487

- 10.7. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 10.8. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 10.9. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 10.10. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 10.11. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no Art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021, nesta ordem:
- 10.11.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.
- 10.11.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.
- 10.11.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430/2023.
- 10.11.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 10.12. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 10.12.1. Empresas estabelecidas no território do Estado de Santa Catarina.
- 10.12.2. Empresas brasileiras.
- 10.12.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
- 10.12.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei Federal nº 12.187/2009.
- 10.13. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 10.14. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 10.15. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 10.16. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

11. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

- 11.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao orçamento máximo estimado para a presente contratação.
- 11.1.1. O Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, observada a abrangência da penalidade, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica no site do Tribunal de Contas da União - TCU (TCU, CNJ, CEIS e CNEP): <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>.
- 11.1.2. Nesta fase, o pregoeiro poderá solicitar ao licitante vencedor a apresentação de catálogos e/ou prospectos técnicos dos itens ofertados para verificação se os itens ofertados atendem as exigências mínimas do Edital e seus anexos.
- 11.2. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- a) Contiver vícios insanáveis;
- b) Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- c) Apresentar preços inexequíveis ou apresentar preço final superior ao preço máximo estimado para a presente contratação;





d) Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

e) Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

11.3. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

11.4. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar a planilha elaborada por ele, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

11.5. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

11.5.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

11.5.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

11.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

11.6.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

11.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

11.7.1. Se tratando de Lote, a desclassificação de um único item do lote implicará na desclassificação da proposta para todo o lote, ou seja, a proposta somente será aceita se atender aos requisitos para todos os itens que compõem o lote.

11.8. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

11.9. O Pregoeiro deverá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

11.10. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

11.11. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes pelo “chat”.

11.12. O licitante classificado em primeiro lugar será convocado para realizar a fase de habilitação.

11.13. O licitante que não mantiver sua proposta, salvo em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado e aceito pelo Pregoeiro, poderá ser penalizado na forma do art. 155, V da Lei Federal nº 14.133/2021.

12. DOS PROCEDIMENTOS DE VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO

12.1. Encerrada a etapa de aceitabilidade da proposta, o Pregoeiro solicitará ao(s) licitante(s) vencedor(es) a inserção dos documentos de habilitação na Plataforma de Licitações, o que deverá ser feito pelo licitante no prazo de 02 (duas) horas, decorrido este prazo, os documentos serão analisados e conferidos, para confirmação da habilitação, com base nas exigências constantes neste Edital.

12.1.1. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares CONFORME SOLICITAÇÃO DO PREGOEIRO na própria sessão pública (no campo próprio de mensagens, que deverá ser acompanhada pelos interessados), os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo definido pelo Pregoeiro de 02 (duas) horas.

12.1.2. A verificação pelo pregoeiro e equipe de apoio nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

12.2. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021):

a) Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e





- b) Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 12.3. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarada a proponente vencedora.
- 12.3.1. Será julgada inabilitada a proponente que:
- Deixar de atender alguma exigência constante do presente Edital.
 - Apresentar declaração ou qualquer outro documento com conteúdo falso ou adulterado.
- 12.3.2. Nos casos de desclassificação do licitante pelo fato de a oferta não ser aceitável ou se o licitante foi considerado inabilitado, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital.
- 12.4. Do julgamento da habilitação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Art. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/2006).
- 12.4.1. Em face dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/2006, o Pregoeiro adotará o seguinte procedimento quando a vencedora for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte:
- serão analisados os documentos não integrantes da regularidade fiscal e trabalhista, aplicando-se o disposto no item 12.3.1 “a” e “b” deste Edital.
 - serão analisados os documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista, declarando-se:
 - O atendimento das exigências constantes do Edital com a respectiva habilitação, caso se verifique que toda a documentação está regular; ou
 - O desatendimento das exigências constantes do Edital, caso se verifique a restrição, ou seja, que alguma certidão foi apresentada vencida, sendo suspenso o julgamento da habilitação referente à regularidade fiscal e trabalhista em relação àquela Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte licitante. Neste caso, será concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, mediante requerimento, para que a interessada providencie a regularização da documentação mediante apresentação das respectivas certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 12.4.2. A não-regularização da documentação de regularidade fiscal ou trabalhista, no prazo previsto no inciso II da alínea “b” do item 12.4.1 deste Edital, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação ou revogar a licitação ou item da licitação conforme o caso.

13. DA PROPOSTA FINANCEIRA (PROPOSTA FINAL)

- 13.1. O licitante melhor classificado deverá, após solicitação do Pregoeiro que fixará prazo, enviar através da Plataforma de Licitações, a proposta readequada ao último lance global ofertado (vencedor), readequando o valor dos subitens, ficando desde já estabelecido que deve ser aplicado a todos os subitens o mesmo percentual de desconto ofertado, considerando-se o percentual de desconto entre o valor proposto na proposta inicial e o valor final após a fase de lances. Poderão ser solicitados também documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos e já apresentados.
- 13.2. A proposta readequada deverá:
- Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo ser assinada pelo licitante ou seu representante legal;
 - Conter a indicação do banco, número da conta e agência para fins de pagamento;
 - Apresentar os preços finais de forma unitária e global em moeda corrente nacional, atualizados para a oferta final do licitante vencedor, se assim for o caso;
 - Conter todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e/ou procedência.
- 13.3. A proposta final será documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção a contratada, se for o caso.
- 13.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros.
- 13.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 13.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste edital e seus anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
- 13.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

14. DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO





14.1. Declarado o vencedor, o Pregoeiro proporcionará a oportunidade aos licitantes para que, no prazo de 15 (quinze) minutos, no campo próprio disponibilizado pelo sistema, se manifestem acerca da intenção de interpor recurso contra as decisões e atos praticados na sessão, esclarecendo que a falta desta manifestação imediata, importará na decadência do direito de recurso por parte dos licitantes, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto à LICITANTE VENCEDORA.

14.1.1. É proibido a qualquer licitante tentar impedir o curso normal do processo licitatório mediante a utilização de recursos ou de meios meramente protelatórios, sujeitando-se o autor às sanções legais e administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Código Penal Brasileiro.

14.2. A recorrente que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis, ficando as demais LICITANTES, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

14.3. A ausência da proponente ou sua saída antes do término da Sessão Pública Eletrônica caracterizar-se-á renúncia ao direito de recorrer.

14.4. A Administração não se responsabiliza pela falha na entrega dos recursos ou contrarrazões, uma vez que a entrega é opcional e de responsabilidade exclusiva da interessada.

14.5. Não serão conhecidos os recursos ou as contrarrazões de recursos interpostos fora do prazo estabelecido no Edital e na Lei.

14.6. Na contagem dos prazos estabelecidos para apresentação de recursos ou contrarrazões de recursos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento e considerar-se-ão os dias úteis.

14.7. Após a manifestação dos interessados, o Pregoeiro fará análise dos recursos e das contrarrazões manifestando-se formalmente sobre o seu conteúdo, podendo:

a) manter as decisões impugnadas via recursos, manifestando-se pelo não provimento dos recursos;

b) rever as decisões impugnadas via recursos, manifestando-se pelo provimento dos recursos.

14.8. Após análise e manifestação do Pregoeiro sobre os recursos, o processo poderá ser submetido à análise do Setor Jurídico do Município.

14.9. A Autoridade competente emitirá a Decisão Final.

14.10. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame e homologará o procedimento licitatório.

14.11. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15. DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO

15.1. Em não sendo interposto recurso caberá ao pregoeiro adjudicar o objeto ao licitante vencedor e encaminhar o processo à Autoridade competente para a sua Homologação.

15.2. Havendo recurso, a adjudicação do objeto ao licitante vencedor e a homologação do processo será realizada pela Autoridade competente somente após a apreciação pelo pregoeiro.

15.3. Homologado o processo licitatório pela Autoridade Competente será editado o Contrato e o licitante vencedor será convocado via telefone ou e-mail para assiná-lo, devendo firmá-lo e devolvê-lo no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a convocação, através de e-mail ou diretamente no Setor de Contratações desta Prefeitura.

15.3.1. O item 15.3 deverá ser desconsiderado caso seja outra a decisão da autoridade competente que não a homologação do processo licitatório ou outra for sua decisão.

15.4. Caso a licitante vencedora não atenda ao prazo previsto no item 15.3, ensejará a aplicação das sanções estabelecidas no item PENALIDADES deste instrumento, reservando-se o Município, o direito de convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor, observado o disposto no Art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.5. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação, nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

I - Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

II - Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

15.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades estabelecidas no item sanções administrativas deste instrumento e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou





entidade licitante, se for o caso.

15.6.1. A regra estabelecida no item 15.6 não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do inciso I do item 15.5 deste instrumento.

15.7. Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração verificará a regularidade fiscal do contratado, efetuará consulta consolidada de Pessoa Jurídica no site do Tribunal de Contas da União - TCU (TCU, CNJ, CEIS e CNEP): <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br> e emitirá as respectivas certidões negativas as quais serão anexadas ao respectivo processo.

16. DA REABERTURA DA SESSÃO

16.1. A sessão poderá ser reaberta:

a) Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão precedente ou em que seja anulada a própria sessão, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

b) Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do Art. 43, §1º da Lei Complementar nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

c) Quando houver erro por parte do pregoeiro e se faça necessário o retorno para alguma fase anterior, deste que não afete a competitividade e a legalidade do certame.

16.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

16.2.1. A convocação se dará por meio da Plataforma de Licitações ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

17. DOS PRAZOS E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

17.1. Os serviços serão executados de forma contínua, conforme calendário escolar da rede municipal e estadual de ensino, itinerários e horários definidos pela Secretaria Municipal de Educação, sob fiscalização da Administração.

17.2. Deve ser assegurada a continuidade do serviço durante toda a vigência contratual, sendo vedada interrupção injustificada.

17.3. Os serviços deverão obedecer rigorosamente aos horários e trajetos estabelecidos, sendo vedada alteração sem autorização prévia.

17.4. A execução do objeto será realizada mediante a devida prestação dos serviços, acompanhada da conferência qualitativa e quantitativa pelos responsáveis pelo recebimento e pela fiscalização designados pela Administração.

17.5. Os serviços deverão ser executados diretamente pela empresa vencedora, sendo vedada a transferência ou delegação de responsabilidade. Todas as despesas decorrentes da execução correrão por sua conta e risco, cabendo-lhe assegurar integralmente a eficiência e a qualidade dos serviços prestados.

17.6. O início da prestação dos serviços dar-se-á após a assinatura do contrato e a emissão da respectiva autorização de execução pela Administração.

17.7. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei Federal nº 14.133/2021, Art. 115, caput).

17.8. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

17.9. O contrato firmado entre as partes terá vigência de 12 (doze) meses, com início a partir da sua assinatura, podendo este prazo ser prorrogado mediante termo aditivo nos limites permitidos pela Lei Federal nº 14.133/2021.

17.10. Os serviços prestados e autorizados serão recebidos provisoriamente, pelos responsáveis por seu acompanhamento e fiscalização especialmente designados quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e definitivamente por servidor designado pela autoridade competente, quando o atendimento das exigências contratuais. (Art. 140, inciso I, alíneas a e b, da Lei Federal nº 14.133/2021).

17.11. O recebimento dos objetos, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da contratada pela sua qualidade e características, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas.

17.12. O Contratante, por intermédio dos seus funcionários designados, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos objetos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BENEDITO NOVO
CNPJ: 83.102.780/0001-08
Rua Celso Ramos, 5070 - Centro - Benedito Novo - SC
CEP: 89.124-000 - FONE (47) 3385-0487

especificações do objeto licitado e a proposta apresentada, obrigando-se a contratada a promover as devidas substituições e correções.

17.13. Todo e qualquer fornecimento fora do estabelecido no Edital e seus anexos será, imediatamente, notificada a contratada que ficará obrigada a tomar providências, o que deverá fazer prontamente, ficando entendido que correrão por sua conta e risco tais substituições, sujeitando-se, também, às sanções previstas no Edital e na Lei.

18. DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1. O pagamento pela efetiva prestação dos serviços deste instrumento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento definitivo (liquidação da despesa), mediante a apresentação da respectiva Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada por agente responsável pelo recebimento, através de Depósito Bancário ou Chave PIX, observando-se ainda a ordem cronológica de pagamentos, nos termos do Art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.1.1. Para execução do pagamento o fornecedor deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, o nome do banco, o número de sua conta corrente e agência Bancária ou Chave PIX, bem como o número da licitação e do contrato.

18.1.2. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida ao fornecedor e o pagamento ficará pendente até que sejam providenciadas as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando quaisquer ônus ao Contratante.

18.2. A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outros de responsabilidade da empresa fornecedora.

18.3. Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

18.4. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens ou à prestação de serviços.

18.5. Os pagamentos devidos ao fornecedor, quando couber e de acordo com a legislação tributária, estão sujeitos à retenção na fonte.

18.6. Os recursos necessários à presente contratação, acham-se classificados na dotação orçamentária que se segue:

Dotação Orçamentária:	Conta:
EDUCAÇÃO	3390393200
107 - 05.001.0012.0361.0500.2504.150010010000 – Recursos não vinculados impostos – TEF	
372 - 05.001.0012.0361.0500.2504.155070000000 – Transferências do salário educação	
108 - 05.001.0012.0361.0500.2504.155370000000 – FNDE PNATE - TEF	
361 - 05.001.0012.0361.0500.2504.155370000001 – FNDE PNATE - Infantil – TEF	
362 - 05.001.0012.0361.0500.2504.155370000002 – FNDE PNATE - Fundamental – TEF	
363 - 05.001.0012.0361.0500.2504.155370000003 – FNDE PNATE - Médio – TEF	
109 - 05.001.0012.0361.0500.2504.157670000001 – Transporte escolar Estado	
129 - 05.001.0012.0365.0500.2507.150170000000 – Outros recursos não vinculados	

19. DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

19.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

19.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD, sendo vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

19.3. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da futura contratada eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

19.4. É dever de a futura contratada orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BENEDITO NOVO
CNPJ: 83.102.780/0001-08
Rua Celso Ramos, 5070 - Centro - Benedito Novo - SC
CEP: 89.124-000 - FONE (47) 3385-0487

19.5. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

20. DAS PENALIDADES

20.1. Nas hipóteses do não cumprimento de qualquer das cláusulas, condições, obrigações, prazos, descumprimento de normas ou qualquer outra violação contratual, em especial as infrações contidas no Art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, estará a CONTRATADA sujeita às seguintes sanções:

a) **advertência**;

b) **impedimento** de licitar e contratar com o CONTRATANTE, pelo prazo de até 3 (três) anos;

c) **declaração de inidoneidade**, nos termos do Art. 156, inciso IV e §§ 5º e 6º da Lei Federal nº 14.133/2021;

d) **multa**:

1. moratória de até 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor inadimplente, até o limite de 30 (trinta) dias. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do Art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.

2. compensatória de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

20.2. A aplicação das sanções previstas neste Edital, não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

20.3. Todas as sanções previstas neste Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa. (Art. 156, §7º da Lei Federal nº 14.133/2021).

20.4. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da sua intimação.

20.4.1. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE a CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (Art. 156, §8º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

20.4.2. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.5. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contados da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei Federal nº 14.133/2021).

20.6. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do Art. 163 da Lei Federal nº 14.133/2021.

20.7. As sanções previstas neste instrumento, poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito e força maior, ou a ausência de culpa da CONTRATADA, devidamente comprovada.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. A presente Licitação não importa necessariamente em contratação, podendo o Município revoga-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado para conhecimento dos participantes da licitação.

21.2. As proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.3. Cada licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da Licitação, sendo-lhe exigível, ainda, em qualquer época ou oportunidade, a apresentação de outros documentos ou informações complementares que se fizerem necessários, a fim de completar a instrução do processo, conforme faculta o Art. 59, § 2º c/c art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021.

21.3.1. É facultado ao Pregoeiro ou a Autoridade Competente, em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição da exequibilidade das





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BENEDITO NOVO
CNPJ: 83.102.780/0001-08
Rua Celso Ramos, 5070 - Centro - Benedito Novo - SC
CEP: 89.124-000 - FONE (47) 3385-0487

propostas ofertadas (ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada), bem como solicitar a órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

21.4. É vedado ao fornecedor retirar sua proposta ou parte dela após aberta a sessão do pregão.

21.5. Interessados poderão obter cópia do Edital e seus anexos via download do arquivo através do Sítio Eletrônico Oficial do Município de Benedito Novo, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP ou na Plataforma de Licitações.

21.5.1. O licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital e seus anexos, pois o simples registro de proposta financeira junto ao sistema eletrônico de licitação utilizado, o submetendo à aceitação incondicional de seus termos, independente de transcrição, bem como representa o conhecimento do objeto em licitação e a observância dos preceitos legais e regulamentares que a regem, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor.

21.5.2. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

21.5.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente normal na Prefeitura Municipal de Benedito Novo.

21.6. Os licitantes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

21.7. É vedado à CONTRATADA subcontratar o fornecimento sem autorização expressa da Administração.

21.8. Informações complementares que visam obter maiores esclarecimentos sobre a presente Licitação serão prestadas pelo Pregoeiro de forma exclusiva no Sítio Eletrônico Oficial do Município de Benedito Novo e na Plataforma de Licitações.

21.9. As normas que disciplinam esta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da Isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.10. Toda e qualquer alteração que possivelmente ocorrer neste Edital, tais como errata, adendo, suspensão ou revogação, deverá ser consultada pelos licitantes interessados no Sítio Eletrônico Oficial do Município de Benedito Novo, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP ou na Plataforma de Licitações.

21.11. O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

21.12. É proibido a qualquer licitante tentar impedir o curso normal do processo licitatório mediante a utilização de recursos ou de meios meramente protelatórios, sujeitando-se o autor às sanções legais e administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Código Penal Brasileiro.

21.13. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o foro da Comarca de Timbó/SC, considerado aquele a que está vinculado o Pregoeiro.

21.14. São partes integrantes deste Edital:

- a) Anexo I - Termo de Referência;**
- b) Anexo II - Proposta de Preços - Modelo;**
- c) Anexo III - Minuta do Contrato;**
- d) Anexo IV - Modelo de Declaração.**

Benedito Novo, 26 de junho de 2026.

JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BENEDITO NOVO
CNPJ: 83.102.780/0001-08
Rua Celso Ramos, 5070 - Centro - Benedito Novo - SC
CEP: 89.124-000 - FONE (47) 3385-0487

ANEXO I
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 87/2026
PREGÃO ELETRÔNICO

TERMO DE REFERÊNCIA

Conforme previsto no inciso XXIII, do artigo 6º, e § 1º do artigo 40, da Lei Federal nº 14.133/2021, o Termo de Referência (TR) é o documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO, PREÇO DE REFERÊNCIA E VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

1.1. É objeto do presente termo de referência a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR UTILIZANDO VEÍCULO ÔNIBUS, MICRO-ÔNIBUS E VAN ESCOLAR PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO.**

1.2. Descrição do(s) objeto(s), quantidade(s) e valor(es) estimado(s) de referência:

Item	Qty Dia	Qty Total 133d	Und	Descrição do Objeto	Preço Unit	Preço Total
1	24,4	3.245,2	KM	TRANSPORTE ESCOLAR REALIZADO COM VEÍCULO ÔNIBUS ESCOLAR COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 40 PASSAGEIROS , PARA ALUNOS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO INCLUINDO O MOTORISTA E MONITOR(A) ESCOLAR PARA O TRANSPORTE ESCOLAR. TURNO MATUTINO E VESPERTINO. TRAJETO: SAÍDA: MATUTINO: E.M ALTO BENEDITO NOVO- PÓLO I, BELO HORIZONTE ATÉ O FINAL DO ASFALTO (PONTO DE VIRADOURO) 1º DE MAIO, RUA HOLANDA, CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL VEREADOR ANTÔNIO MAURÍCIO STOLFI, E.E.B LEOPOLDO KOPROWSKI, E.M ALTO BENEDITO NOVO- PÓLO I. 11:30- ENTREGA DOS ALUNOS DESTA TURNO REALIZANDO A ROTA PELO MESMO TRAJETO E JÁ TRAZENDO OS ALUNOS DO TURNO VESPERTINO PARA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL VEREADOR ANTÔNIO MAURÍCIO STOLFI, E.E.B LEOPOLDO KOPROWSKI, E.M ALTO BENEDITO NOVO- PÓLO I. 17:00 ENTREGA DOS ALUNOS SAINDO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL VEREADOR ANTÔNIO MAURÍCIO STOLFI, E.M ALTO BENEDITO NOVO-PÓLO I, E.E.B LEOPOLDO KOPROWSKI, REALIZANDO A ROTA NO SENTIDO INVERSO.	19,33	62.729,72
2	82,2	10.932,6	KM	TRANSPORTE ESCOLAR REALIZADO COM VEÍCULO ÔNIBUS ESCOLAR COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 56 PASSAGEIROS , PARA ALUNOS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO INCLUINDO O MOTORISTA E MONITOR(A) ESCOLAR PARA O TRANSPORTE ESCOLAR. TURNO MATUTINO E VESPERTINO. TRAJETO: MATUTINO SAÍDA: E.E.B TEÓFILO NOLASCO DE ALMEIDA, PEDRO MAUS, PROCKNOW ATÉ A CASA DA ALUNA <u>VITÓRIA ROSANE SCHREIBER</u> (PONTO DE VIRADOURO), E.E.B TEÓFILO NOLASCO DE ALMEIDA, CEI ALINE MORAUER, CEI MARINA ALVES MAUS. 11:30 - ENTREGA DOS ALUNOS, COM SAÍDA DO CEI ALINE MORAUER, E.E.B TEÓFILO NOLASCO DE ALMEIDA COM RETORNO PELO MESMO TRAJETO. APÓS A ENTREGA DOS ALUNOS DAS 11H30 , A ROTA TERÁ NOVO INÍCIO A PARTIR DO PONTO DE VIRADOURO DA CASA DA ALUNA <u>VITÓRIA ROSANE SCHREIBER</u> PARA REALIZAR A ENTREGA DOS ALUNOS DO	16,34	178.638,68





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BENEDITO NOVO
CNPJ: 83.102.780/0001-08
Rua Celso Ramos, 5070 - Centro - Benedito Novo - SC
CEP: 89.124-000 - FONE (47) 3385-0487

				ENSINO MÉDIO ÀS 12H15, REALIZANDO A MESMA ROTA ATÉ A CASA DO ALUNO <u>KAIKE RODRIGO TESKE</u> , PROCKNOW (PONTO DE VIRADOURO), JÁ TRAZENDO OS ALUNOS DO TURNO VESPERTINO , SEGUINDO PARA A GUSTAVO ROEDER, TIFA TESSMANN (PONTO DE VIRADOURO), E.E.B TEÓFILO NOLASCO DE ALMEIDA, CEI ALINE MORAUER. 16:45 ENTREGA DOS ALUNOS COM SAÍDA DO CEI MARINA ALVES MAUS, CEI ALINE MORAUER E.E.B TEÓFILO NOLASCO DE ALMEIDA REALIZANDO A ROTA NO SENTIDO INVERSO.		
3	66,6	8.857,8	KM	TRANSPORTE ESCOLAR REALIZADO COM VEÍCULO ÔNIBUS ESCOLAR COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 56 PASSAGEIROS , PARA ALUNOS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO INCLUINDO O MOTORISTA E MONITOR(A) ESCOLAR PARA O TRANSPORTE ESCOLAR. TURNO MATUTINO E VESPERTINO . TRAJETO: SAÍDA: E. M. ALTO BENEDITO NOVO-POLO I, E.E.B LEOPOLDO KOPROWSKI, SERRA KOPROWSKI, BARRA SÃO JOÃO ATÉ O BAR DO LAGOA (PONTO DE VIRADOURO), RUA JOINVILLE ATÉ O CEMITÉRIO (PONTO DE VIRADOURO), CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL VEREADOR ANTÔNIO MAURÍCIO STOLFI, E.E.B. LEOPOLDO KOPROWSKI, E.M ALTO BENEDITO NOVO PÓLO I. 11:30 ENTREGA DOS ALUNOS SAINDO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL VEREADOR ANTÔNIO MAURÍCIO STOLFI, E.M ALTO BENEDITO NOVO- PÓLO I, E.E.B LEOPOLDO KOPROWSKI, RUA JOINVILLE ATÉ O CEMITÉRIO(PONTO DE VIRADOURO), SERRA KOPROWSKI, BARRA SÃO JOÃO, ATÉ O BAR DO LAGOA(PONTO DE VIRADOURO), JÁ TRAZENDO OS ALUNOS DO TURNO VESPERTINO SAINDO DO BAR DO LAGOA(PONTO DE VIRADOURO), RUA JOINVILLE, ATÉ O CEMITÉRIO(PONTO DE VIRADOURO), CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL VEREADOR ANTÔNIO MAURÍCIO STOLFI, E.E.B LEOPOLDO KOPROWSKI, E.M ALTO BENEDITO NOVO PÓLO I. 17:00 ENTREGA DOS ALUNOS COM SAÍDA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL VEREADOR ANTÔNIO MAURÍCIO STOLFI, E.M ALTO BENEDITO NOVO PÓLO I, E.E.B LEOPOLDO KOPROWSKI REALIZANDO A ROTA NO SENTIDO INVERSO.	16,53	146.419,43
4	65,1	8.658,3	KM	TRANSPORTE ESCOLAR REALIZADO COM VEÍCULO ÔNIBUS ESCOLAR COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 52 PASSAGEIROS , PARA ALUNOS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO INCLUINDO O MOTORISTA E MONITOR(A) ESCOLAR PARA O TRANSPORTE ESCOLAR. TURNO MATUTINO E VESPERTINO . TRAJETO: MATUTINO SAÍDA: E.E.B TEÓFILO NOLASCO DE ALMEIDA, RODOVIA SC 477, ATÉ A USINA DA CEESAM (PONTO DE VIRADOURO), E.E.B TEÓFILO NOLASCO DE ALMEIDA, CEI ALINE MORAUER, CEI MARINA ALVES MAUS. 11:30 - ENTREGA DOS ALUNOS COM SAÍDA DO CEI ALINE MORAUER, E.E.B TEÓFILO NOLASCO DE ALMEIDA, REALIZANDO A ROTA PELO MESMO TRAJETO. APÓS A ENTREGA DOS ALUNOS DAS 11H30 , A ROTA TERÁ NOVO INÍCIO A PARTIR DO PONTO DE VIRADOURO(CEESAM) ATÉ A E.E.B TEÓFILO NOLASCO DE ALMEIDA PARA REALIZAR A ENTREGA DOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO ÀS 12H15 , PASSANDO PELA CELSO RAMOS, ESTRADA GERAL SANTA ROSA PEQUENO ATÉ A CASA DA ALUNA <u>LUANA THAIS BUBLITZ</u> (PONTO DE VIRADOURO), RODOVIA SC 477, ATÉ A USINA DA CEESAM (PONTO	16,55	143.294,87





				DE VIRADOURO), JÁ INICIANDO O EMBARQUE DOS ALUNOS DO TURNO VESPERTINO , REALIZANDO A MESMA ROTA ATÉ A E.E.B TEÓFILO NOLASCO DE ALMEIDA, CEI ALINE MORAUER. 16:45 – ENTREGA DOS ALUNOS SAINDO DO CEI MARINA ALVES MAUS, CEI ALINE MORAUER, E.E.B TEÓFILO NOLASCO DE ALMEIDA, COM RETORNO PELO MESMO TRAJETO.		
5	55,1	7.328,3	KM	TRANSPORTE ESCOLAR REALIZADO COM VEÍCULO ÔNIBUS ESCOLAR COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 51 PASSAGEIROS , PARA ALUNOS DA REDE ESTADUAL E MUNICIPAL DE ENSINO INCLUINDO O MOTORISTA E MONITOR(A) ESCOLAR PARA O TRANSPORTE ESCOLAR. TURNO MATUTINO E VESPERTINO . TRAJETO: MATUTINO SAÍDA: E.E.B TEÓFILO NOLASCO DE ALMEIDA, CELSO RAMOS, SANTA ROSA (SUBINDO ATÉ O CASTELO LADO DIREITO ATÉ A CASA DO ALUNO <u>CRISTOPER ANDRÉ BERTRAM</u> (PONTO DE VIRADOURO), ESTRADA GERAL SANTA ROSA PEQUENO ATÉ A CASA DO ALUNO <u>MURILO RODRIGUES</u> (PONTO DE VIRADOURO), RETORNANDO ATÉ A E.E.B TEÓFILO NOLASCO DE ALMEIDA, SEGUINDO PARA O CEI ALINE MORAUER E CEI MARINA ALVES MAUS. 11:30 - ENTREGA DOS ALUNOS DESTES TURNOS SAINDO DO CEI ALINE MORAUER, E.E.B TEÓFILO NOLASCO DE ALMEIDA, CELSO RAMOS, REALIZANDO O RETORNO PELO MESMO TRAJETO, JÁ TRAZENDO OS ALUNOS DO TURNO VESPERTINO COM SAÍDA DA CASA DA ALUNA <u>BRUNA EDUARDA WETZEL</u> (PONTO DE VIRADOURO- CASTELO), ESTRADA GERAL SANTA ROSA PEQUENO ATÉ A CASA DO ALUNO <u>LUAN GABRIEL DUARTE STOLF</u> (PONTO DE VIRADOURO), E.E.B TEÓFILO NOLASCO DE ALMEIDA, CEI ALINE MORAUER. 16:45 - ENTREGA DOS ALUNOS COM SAÍDA DO CEI MARINA ALVES MAUS, CEI ALINE MORAUER, E.E.B TEÓFILO NOLASCO DE ALMEIDA, COM RETORNO PELO MESMO TRAJETO.	16,91	123.921,55
6	104,6	13.911,8	KM	TRANSPORTE ESCOLAR REALIZADO COM VEÍCULO MICRO-ÔNIBUS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 28 PASSAGEIROS , PARA ALUNOS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO, INCLUINDO O MOTORISTA E MONITOR(A) ESCOLAR PARA O TRANSPORTE ESCOLAR. TURNO NOTURNO . TRAJETO: SAÍDA E.E.B TERCÍLIO LONGO, SERRA GESSNER, RUA JOINVILLE, SERRA KOPROWSKI, ESTRADA GERAL ALTO SÃO JOÃO, TRAVESSA SÃO JOÃO, ATÉ A CASA DO ALUNO <u>LÉO VICTOR ROEDER SCHULZ</u> (PONTO DE VIRADOURO), E.E.B TERCÍCIO LONGO. 22:00 -ENTREGA DOS ALUNOS REALIZANDO A ROTA NO SENTIDO INVERSO.	13,70	190.591,66
7	36,2	4.814,6	KM	TRANSPORTE ESCOLAR REALIZADO COM VEÍCULO MICRO-ÔNIBUS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 28 PASSAGEIROS , PARA ALUNOS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO INCLUINDO O MOTORISTA E MONITOR(A) ESCOLAR PARA O TRANSPORTE ESCOLAR. TURNO NOTURNO . TRAJETO: SAÍDA: E.E.B TEÓFILO NOLASCO DE ALMEIDA, KARL BLAESE ATÉ O CAMPO DE FUTEBOL KRANKOW (PONTO DE VIRADOURO) KASPEREIT, ESTRADA DE CHÃO, MORRO DO FOGUETE (PONTO DE VIRADOURO), RODOVIA SC-477, ESTRADA GERAL SANTA ROSA PEQUENO, ATÉ A CASA DA ALUNA <u>BRUNA MAURÍCIO RIBEIRO</u> (PONTO DE VIRADOURO), E.E.B TEÓFILO NOLASCO DE ALMEIDA. 22:00 - ENTREGA DOS ALUNOS REALIZANDO A ROTA NO SENTIDO INVERSO.	14,86	71.544,96





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BENEDITO NOVO
CNPJ: 83.102.780/0001-08
Rua Celso Ramos, 5070 - Centro - Benedito Novo - SC
CEP: 89.124-000 - FONE (47) 3385-0487

8	48,4	6.437,2	KM	TRANSPORTE ESCOLAR REALIZADO COM VEÍCULO MICRO-ÔNIBUS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 27 PASSAGEIROS , PARA ALUNOS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO INCLUINDO O MOTORISTA E MONITOR(A) ESCOLAR PARA O TRANSPORTE ESCOLAR. TURNO NOTURNO - TRAJETO SAÍDA: E.E.B TERCÍLIO LONGO, SERRA SANTA MARIA, PASSANDO PELA PONTE SCHMIDT, ALTO BENEDITO NOVO, SERRA KOPROWSKI, FAXINAL ATÉ A E.E.B TERCÍLIO LONGO. 22:00 - ENTREGA DOS ALUNOS REALIZANDO A ROTA NO SENTIDO INVERSO.	14,78	95.141,82
9	70,5	9.376,5	KM	TRANSPORTE ESCOLAR REALIZADO COM VEÍCULO VAN ESCOLAR COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 15 PASSAGEIROS , PARA ALUNOS DA REDE ESTADUAL E MUNICIPAL DE ENSINO INCLUINDO MOTORISTA E MONITOR(A) ESCOLAR PARA O TRANSPORTE ESCOLAR. TURNO MATUTINO E VESPERTINO . TRAJETO: MATUTINO : SAÍDA: E.E.B TERCÍLIO LONGO, ESTRADA GERAL RIBEIRÃO DO CAMPO, BRAÇO SANTA MARIA, SERRA RIO PRESO ATÉ A CASA DO ALUNO <u>EDUARDO SANTOS</u> (PONTO DE VIRADOURO), RETORNANDO ATÉ A CASA DO ALUNO <u>GUSTAVO HENRIQUE LENZI</u> , (PONTO DE VIRADOURO), RETORNANDO PARA A E.E.B TERCÍLIO LONGO. 11:30 - ENTREGA DOS ALUNOS, E NESTE HORÁRIO JÁ IRÃO EMBARCAR OS ALUNOS DO TURNO VESPERTINO , TENDO COMO PONTO DE PARTIDA A SERRA RIO PRESO DA CASA DO ALUNO PEDRO HENRIQUE FERREIRA DOS SANTOS, RETORNANDO ATÉ A E.E.B TERCÍLIO LONGO. 17:00 ENTREGA DOS ALUNOS RETORNANDO PELO MESMO TRAJETO INICIADO PELO TURNO VESPERTINO.	11,89	111.486,59
10	34,8	4.628,4	KM	TRANSPORTE ESCOLAR REALIZADO COM VEÍCULO VAN ESCOLAR COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 20 PASSAGEIROS , PARA ALUNOS DA REDE ESTADUAL E MUNICIPAL DE ENSINO INCLUINDO O MOTORISTA E MONITOR(A) ESCOLAR PARA O TRANSPORTE ESCOLAR. TURNO MATUTINO . TRAJETO: SAÍDA: E.E.B TEÓFILO NOLASCO DE ALMEIDA, CRUZ E SOUZA, RIO FORTUNA ATÉ A CASA DA ALUNA <u>LARISSA BACHMANN SOARES</u> (PONTO DE VIRADOURO NO SÍTIO TIRONI), TIFA PATERNOLLI ATÉ A CASA DO ALUNO <u>DIEGO LUCCA MAIA</u> (PONTO DE VIRADOURO), CEI ALINE MORAUER, E.E.B TEÓFILO NOLASCO DE ALMEIDA. 11:30 - ENTREGA DOS ALUNOS REALIZANDO A ROTA NO SENTIDO INVERSO.	12,76	59.058,38
11	48	6.384,0	KM	TRANSPORTE ESCOLAR REALIZADO COM VEÍCULO VAN ESCOLAR COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 20 PASSAGEIROS , PARA ALUNOS DA REDE ESTADUAL E MUNICIPAL DE ENSINO INCLUINDO O MOTORISTA E MONITOR(A) ESCOLAR PARA O TRANSPORTE ESCOLAR. TURNO MATUTINO . TRAJETO: SAÍDA: E.E.B TEÓFILO NOLASCO DE ALMEIDA, RIBEIRÃO TIGRE ATÉ A CASA DO ALUNO <u>ANGELO HENRIQUE DOS ANJOS ANDRADE</u> (PONTO DE VIRADOURO SÍTIO BUGMANN), INTERBAIROS, TIFA HENSCHEL ATÉ A CASA DO ALUNO <u>LUAN CARLOS HENSCHEL</u> (PONTO DE VIRADOURO), CEI ALINE MORAUER, E.E.B TEÓFILO NOLASCO DE ALMEIDA. 11:30 - ENTREGA DOS ALUNOS REALIZANDO A ROTA NO SENTIDO INVERSO.	12,23	78.076,32
12	53,1	7.062,3	KM	TRANSPORTE ESCOLAR REALIZADO COM VEÍCULO VAN ESCOLAR COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 15 PASSAGEIROS , PARA ALUNOS DA REDE ESTADUAL E MUNICIPAL DE ENSINO INCLUINDO O	12,23	86.371,93





				MOTORISTA E MONITOR(A) ESCOLAR PARA O TRANSPORTE ESCOLAR. TURNO MATUTINO E VESPERTINO . TRAJETO SAÍDA: MATUTINO: E.E.B TERCÍLIO LONGO, SEGUINDO PARA A COLLEY, RIBEIRÃO DAS ANTAS, SERRA MICHALACK, RETORNANDO PELO RIBEIRÃO PINHEIRO ATÉ A E.E.B TERCÍLIO LONGO. 11:30 - ENTREGA DOS ALUNOS, REALIZANDO O MESMO TRAJETO, PASSANDO PELA COLLEY, PASSANDO PELA SERRA MICHALACK ATÉ A CASA DO ALUNO <u>GUSTAVO MACHADO</u> (PONTO DE VIRADOURO) E RETORNANDO PELO RIBEIRÃO PINHEIRO JÁ TRAZENDO OS ALUNOS DO TURNO VESPERTINO ATÉ A E.E.B TERCÍLIO LONGO. 17:00 - ENTREGA DOS ALUNOS PASSANDO PELA COLLEY, SERRA MICHALACK ATÉ A CASA DO ALUNO <u>GUSTAVO MACHADO</u> (PONTO DE VIRADOURO), RETORNANDO PELO RIBEIRÃO PINHEIRO CONCLUINDO A ENTREGA DOS ALUNOS DESTE TRAJETO.		
13	31	4.123,0	KM	TRANSPORTE ESCOLAR REALIZADO COM VEÍCULO VAN ESCOLAR COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 15 PASSAGEIROS , PARA ALUNOS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO INCLUINDO O MOTORISTA E MONITOR(A) ESCOLAR PARA O TRANSPORTE ESCOLAR. TURNO. VESPERTINO- 12H15(ALUNOS DO ENSINO MÉDIO) . TRAJETO SAÍDA: E.E.B TERCÍLIO LONGO, RIBEIRÃO DO CAMPO ATÉ A CASA DA ALUNA <u>JAQUELINE EVARISTO</u> , TIFA EVARISTO, (PONTO DE VIRADOURO), RIBEIRÃO PINHEIRO ATÉ A CASA DA ALUNA <u>KAUANY KOSLOSKI</u> (PONTO DE VIRADOURO), SEGUINDO PELA PENCA ATÉ A CASA DO ALUNO <u>CRISTIAN EMANUEL SCHMIDT</u> (PONTO DE VIRADOURO), SEGUINDO ATÉ A CASA DO ALUNO <u>KAUAN HENRIQUE MACHADO</u> , RETORNANDO ATÉ A E.E.B TERCÍLIO LONGO	12,43	51.248,89
14	123,8	16.465,4	KM	TRANSPORTE ESCOLAR REALIZADO COM VEÍCULO VAN ESCOLAR COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 15 PASSAGEIROS , PARA ALUNOS DA REDE ESTADUAL E MUNICIPAL DE ENSINO INCLUINDO O MOTORISTA E MONITOR(A) ESCOLAR PARA O TRANSPORTE ESCOLAR. TURNO MATUTINO, VESPERTINO E NOTURNO - TRAJETO SAÍDA: MATUTINO: E.E.B TERCÍLIO LONGO, RIBEIRÃO PINHEIRO CASA <u>YASMIN OLIVEIRA MACHADO</u> (PONTO DE VIRADOURO), ENTRANDO NA TIFA SANTA LUZIA, ENTRANDO NA PENCA ATÉ A CASA DO ALUNO <u>CRISTIAN EMANUEL SCHMIDT</u> (PONTO DE VIRADOURO), RETORNANDO E SEGUINDO ATÉ A E.E.B TERCÍLIO LONGO. 11:30 ENTREGA DOS ALUNOS JÁ TRAZENDO OS ALUNOS DO PERÍODO VESPERTINO , INICIANDO A ROTA NO RIBEIRÃO PINHEIRO, PENCA, NA CASA DO ALUNO <u>CRISTIAN EMANUEL SCHMIDT</u> (PONTO DE VIRADOURO), ENTRANDO ATÉ A CASA DA ALUNA <u>YASMIM ODORIZZI</u> , SEGUINDO PELO RIBEIRÃO PINHEIRO ATÉ A IGREJA SANTO ESTANISLAU (PONTO DE VIRADOURO), RETORNANDO PELO RIBEIRÃO PINHEIRO, ENTRANDO NA TIFA PACHECO ATÉ A CASA DO ALUNO <u>BRAYAN ALEXANDRE PEREIRA</u> (PONTO DE VIRADOURO), SEGUINDO PARA A E.E.B TERCÍLIO LONGO. 17:00 - ENTREGA DOS ALUNOS, DO RIBEIRÃO PINHEIRO, ENTRANDO NA PENCA, SEGUINDO PARA O RIBEIRÃO PINHEIRO, JÁ TRAZENDO OS ALUNOS DO TURNO NOTURNO SAINDO DA IGREJA SANTO ESTANISLAU VOLTANDO PELO RIBEIRÃO PINHEIRO, SEGUINDO ATÉ A E.E.B TERCÍLIO LONGO. 22:00 ENTREGA DOS ALUNOS	11,69	192.480,53





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BENEDITO NOVO
CNPJ: 83.102.780/0001-08
Rua Celso Ramos, 5070 - Centro - Benedito Novo - SC
CEP: 89.124-000 - FONE (47) 3385-0487

				MESMO TRAJETO, SEGUINDO ATÉ A CASA DA ALUNA GABRIELI CAUANI DE PIM SIMÃO, COM RETORNO PELO MESMO TRAJETO.		
15	69	9.177,0	KM	TRANSPORTE ESCOLAR REALIZADO COM VEÍCULO VAN ESCOLAR COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 15 PASSAGEIROS , PARA ALUNOS DA REDE ESTADUAL E MUNICIPAL DE ENSINO, INCLUINDO O MOTORISTA E MONITOR(A) ESCOLAR PARA O TRANSPORTE ESCOLAR. TURNO MATUTINO . TRAJETO: SAÍDA: E.M ALTO BENEDITO NOVO- PÓLO I, E.E.B LEOPOLDO KOPROWSKI, ESTRADA GERAL RIBEIRÃO LIBERDADE, ENTRANDO PELA ANTIGA E.M RIBEIRÃO LIBERDADE, SUBINDO PELO LADO ESQUERDO, E ENTRANDO A DIREITA PARA RIBEIRÃO PRETO ATÉ A CASA DA ALUNA <u>YASMIN DOEGE</u> (PONTO DE VIRADOURO), RETORNANDO E SEGUINDO PARA A ESTRADA GERAL RIBEIRÃO BRANCO ATÉ A CASA DO ALUNO <u>ISAAC DIOGO MAURICENZ</u> (PONTO DE VIRADOURO), ESTRADA GERAL MEIER, TIFA ZARLING ATÉ A CASA DO ALUNO <u>ADRIEL BEYER WOLLERT</u> (PONTO DE VIRADOURO), TIFA ENOS MAUS, ATÉ A CASA DO ALUNO <u>ARTHUR HENRIQUE DALLABONA</u> (PONTO DE VIRADOURO), ESTRADA GERAL RIBEIRÃO LIBERDADE, CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL VEREADOR ANTÔNIO MAURÍCIO STOLFI, E.E.B LEOPOLDO KOPROWSKI, E.M ALTO BENEDITO NOVO- PÓLO I. 11:30 ENTREGA DOS ALUNOS COM SAÍDA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL VEREADOR ANTÔNIO MAURÍCIO STOLFI, E.M ALTO BENEDITO NOVO- PÓLO I, E.E.B LEOPOLDO KOPROWSKI REALIZANDO A ROTA NO SENTIDO INVERSO.	11,89	109.114,53
16	103,4	13.752,2	KM	TRANSPORTE ESCOLAR REALIZADO COM VEÍCULO VAN ESCOLAR COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 15 PASSAGEIROS , PARA ALUNOS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO INCLUINDO O MOTORISTA E MONITOR(A) ESCOLAR PARA O TRANSPORTE ESCOLAR. TURNO MATUTINO . TRAJETO: SAÍDA: E.E.B TEÓFILO NOLASCO DE ALMEIDA, ESTRADA GERAL RIBEIRÃO LIBERDADE, PASSANDO PELA SERRA VELHA, RIBEIRÃO ZINCO, ATÉ A CASA DO ALUNO <u>KALID TEIXEIRA</u> (SÍTIO KOLBA, PONTO DE VIRADOURO), E.E.B TEÓFILO NOLASCO DE ALMEIDA. 12:15 - ENTREGA DOS ALUNOS COM SAÍDA DA E.E.B TEÓFILO NOLASCO DE ALMEIDA, REALIZANDO A ROTA NO SENTIDO INVERSO.	11,89	163.513,66
17	64,8	8.618,4	KM	TRANSPORTE ESCOLAR REALIZADO COM VEÍCULO VAN ESCOLAR COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 15 PASSAGEIROS , PARA ALUNOS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO INCLUINDO O MOTORISTA E MONITOR(A) ESCOLAR PARA O TRANSPORTE ESCOLAR. TURNO VESPERTINO . SAÍDA: E.E.B TEÓFILO NOLASCO DE ALMEIDA, ESTRADA GERAL BAIXO SANTA MARIA ATÉ A CASA DO ALUNO <u>LUCAS MIGUEL HENNICH</u> (USINA PCH SANTA MARIA), O PONTO DE VIRADOURO SERÁ PASSANDO A ENTRADA DO RIBEIRÃO DAS CABRAS, LADO ESQUERDO, RETORNANDO PARA O RIO FORTUNA ATÉ A CASA DO ALUNO <u>KAIK NATAN SCHRULL</u> , (CAVA DE MACADAME PONTO DE VIRADOURO) SEGUINDO PARA A E.E.B TEÓFILO NOLASCO DE ALMEIDA. 17HS . ENTREGA DOS ALUNOS, REALIZANDO A ROTA NO SENTIDO INVERSO. OBSERVAÇÃO: A ALUNA <u>LARISSA SOARES BACHMANN</u> ESTARÁ USANDO ESTE TRANSPORTE TODAS AS SEGUNDAS FEIRAS, NESTE DIA A ROTA	12,09	104.196,46





				DEVERÁ SER FEITA ATÉ A CASA DA ALUNA, ONDE SERÁ O PONTO DE VIRADOURO EM RIO FORTUNA. A ALUNA <u>ISABELA OSS EMER</u> FARÁ USO DO TRANSPORTE ESCOLAR TAMBÉM NAS SEGUNDAS FEIRAS (RIBEIRÃO PINHEIRO), E O ALUNO <u>NICOLAS DAVI STAINZACK</u> , FARÁ USO DO TRANSPORTE ESCOLAR NAS (QUARTAS, QUINTAS E SEXTAS FEIRAS) (RIBEIRÃO PINHEIRO). OS ALUNOS <u>LARISSA, ISABELA E NICOLAS</u> SÃO ALUNOS DE PERÍODO INTEGRAL E DEVERÃO SER LEVADOS PARA CASA ÀS (17HS), CONFORME DIAS ESPECIFICADOS ACIMA.		
				TOTAL GERAL		1.967.829,96

1.3. A quilometragem total prevista foi calculada com base em 133 (cento e trinta e três) dias letivos e constitui uma estimativa. Poderão ocorrer acréscimos ou reduções, conforme os limites previstos em lei, bem como alterações ou extinções de itinerários, em função das variações nas demandas de estudantes ao longo do ano letivo.

1.4. A quantidade de veículos e itinerários apresentada representa o mínimo necessário para atendimento ao objeto da contratação, podendo ser ajustada, aumentada ou reduzida, conforme reestruturações de rotas realizadas pelas empresas contratadas durante a execução do contrato, ou por iniciativa da Secretaria Municipal de Educação, visando o melhor atendimento aos estudantes transportados.

1.5. A metodologia utilizada para obtenção do preço de referência foi pelo cálculo da média dos valores colhidos em processos licitatórios realizados por outros entes públicos através de pesquisa no PNCP, e também, de forma combinada com fornecedores privados, nos moldes dos Arts. 23 a 30 do Decreto Municipal nº 32/2025, conforme demonstrado no mapa de preços em anexo.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. O estudo técnico preliminar (ETP) foi elaborado nos termos do art. 100 do Decreto Municipal nº 32/2025.

2.2. O plano de contratações anual ainda não foi implementado no âmbito municipal, sendo facultativo conforme art. 18 do Decreto Municipal 32/2025, porém, informamos que há a previsibilidade da presente contratação, visto que a atual necessidade foi prevista na LOA.

2.3. Os objetos relacionados são considerados bens e serviços comuns, conforme disposto no parágrafo único do Art. 6º, inciso XIII da Lei Federal nº 14.133/2021, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade, podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais no mercado.

2.4. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme art. 127 do Decreto Municipal nº 32/2025.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. O acesso universal e igualitário à educação pública de qualidade é um direito fundamental garantido pela Constituição Federal e reverberado nas legislações infraconstitucionais. No Município de Benedito Novo, parte significativa dos alunos da rede pública municipal e estadual reside em áreas rurais ou distantes das unidades escolares, enfrentando desafios no deslocamento diário para frequentar as aulas. Tal situação compromete a assiduidade escolar e pode resultar em evasão, prejudicando o rendimento acadêmico dos estudantes e impactando negativamente o desenvolvimento educacional do município. Atualmente, observa-se a existência de obstáculos logísticos relevantes na oferta de transporte escolar, especialmente em virtude do extenso território, vias não pavimentadas e da distribuição descentralizada das residências dos alunos. Estes fatores tornam inviável o acesso regular à escola por meios próprios ou familiares, particularmente para grupos vulneráveis e comunidades mais afastadas do núcleo urbano. Ademais, a ausência de transporte escolar adequado compromete não só a aprendizagem, mas também a segurança e o bem-estar dos estudantes. É fundamental destacar que a demanda por transporte escolar no município não é plenamente atendida por alternativas existentes, seja pela disponibilidade limitada de veículos ou pelo inadequado dimensionamento das rotas frente à realidade local. Tal deficiência gera lacunas na oferta do serviço, criando situações de desamparo que, além de infringirem dispositivos legais pertinentes à obrigatoriedade do transporte escolar gratuito, revelam-se incompatíveis com os princípios da equidade e inclusão social preconizados pelo interesse público. Assim, a ausência de um serviço estruturado e regular de transporte escolar potencializa desigualdades educacionais e expõe os alunos a riscos físicos, além de inviabilizar o efetivo cumprimento do direito à





educação. O enfrentamento deste cenário é imprescindível para garantir que todos os estudantes da rede pública municipal e estadual tenham condições concretas de acessar e permanecer na escola, promovendo, assim, o desenvolvimento humano, social e econômico local.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A contratada deverá atender os requisitos mínimos estabelecidos no Edital, de modo a possibilitar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto, ressalvada a ampla competitividade, de acordo com a legislação de regência.

4.2. A contratação da empresa está condicionada à sua qualificação e à atuação em ramo de atividade compatível com o objeto deste processo, devendo demonstrar plena competência e capacidade para a prestação dos serviços, conforme especificado no Termo de Referência, no Edital e seus anexos.

4.3. Logo, o licitante vencedor deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos serviços que serão prestados.

4.4. Os licitantes vencedores deverão atender rigorosamente às especificações técnicas, operacionais e legais que se aplicam aos serviços de transporte escolar, observando os seguintes requisitos:

Execução do Serviço

a) Atender às solicitações da Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com o calendário escolar e os dias letivos da rede estadual e municipal de ensino.

b) Transportar exclusivamente alunos regularmente matriculados, no trajeto entre suas residências (ou pontos de embarque definidos) e as respectivas instituições de ensino.

c) Cumprir rigorosamente as rotas, turnos e padrões de segurança, eficiência e qualidades definidos pela Secretaria Municipal de Educação, observando cortesia e respeito no atendimento aos alunos e aos agentes de fiscalização.

d) É vedada a utilização dos veículos para finalidades distintas do transporte escolar (tais como transporte convencional de passageiros ou cargas).

Fiscalização e Controle

a) O Município, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, fiscalizará a execução dos serviços a qualquer momento, podendo rejeitá-los, no todo ou em parte, caso estejam em desacordo com as especificações.

b) Os horários de cada rota deverão ser previamente informados pela contratada, assim como os nomes dos motoristas responsáveis.

c) Os alunos deverão chegar às escolas com até 10 (dez) minutos de antecedência ao início das aulas, e a empresa deverá estar posicionada no ponto de embarque até 10 (dez) minutos antes do término das aulas.

d) Qualquer irregularidade constatada deverá ser sanada em até 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de multa e demais sanções previstas.

Condições dos Veículos

a) Os veículos utilizados deverão atender às exigências do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e às resoluções do CONTRAN, em especial aos artigos 136 a 139 do CTB, contemplando:

- Possuir registro como veículo de passageiros, categoria aluguel.

- Estar submetidos à inspeção veicular obrigatória, nos termos da legislação vigente, bem como às vistorias exigidas pelos órgãos competentes.

- Possuir identificação externa na forma prevista pelo Código de Trânsito Brasileiro e normas do CONTRAN, incluindo faixa amarela e dístico "ESCOLAR".

- Comprovar a realização de vistoria veicular exigida pela legislação aplicável ao transporte escolar.

- Possuir equipamento registrador instantâneo e inalterável de velocidade e tempo (tacógrafo), quando exigido pela legislação.

- Possuir cintos de segurança individuais em todos os assentos, em perfeitas condições de uso.

- Possuir equipamentos de segurança e extintor de incêndio conforme exigências da legislação vigente.

- Manter licenciamento, documentação e demais exigências legais regularmente atualizadas.

- Possuir idade máxima de fabricação de até 25 (vinte e cinco) anos, desde que aprovado em vistoria semestral pelos órgãos competentes.

- Manter as portas do veículo fechadas durante todo o deslocamento, sendo permitida sua abertura exclusivamente para embarque e desembarque em locais seguros.

- Manter-se em perfeitas condições de conservação, higiene, segurança e funcionamento.





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BENEDITO NOVO
CNPJ: 83.102.780/0001-08
Rua Celso Ramos, 5070 - Centro - Benedito Novo - SC
CEP: 89.124-000 - FONE (47) 3385-0487

- Disponibilizar veículo reserva compatível com a capacidade mínima exigida para a linha, destinado à substituição imediata em casos de pane, acidente ou qualquer situação que impeça a continuidade do serviço.

- Identificação visível contendo nome da empresa e da linha atendida.

Condições para Motoristas

a) O motorista responsável pelo transporte escolar deverá:

- Idade mínima de 21 (vinte e um) anos.

- Habilitação nas categorias “D” ou “E”.

- Possuir curso especializado para transporte escolar, com registro ativo e válido no sistema **RENACH/SENATRAN**, devidamente identificado na **CNH digital**, conforme regulamentação do CONTRAN.

- Atendimento aos arts. 138 e 329 do Código de Trânsito Brasileiro.

- Uso de uniforme ou identificação funcional visível.

- Conduta compatível com a função, com urbanidade, respeito e atenção à segurança dos estudantes.

- Comunicar imediatamente à empresa contratada qualquer impedimento que comprometa a continuidade do serviço.

- Não ter cometido mais de uma infração gravíssima nos últimos 12 meses.

Condições para Monitores

a) Será obrigatória a presença de monitor em todos os veículos de transporte escolar, com as seguintes atribuições e requisitos:

- Idade mínima de 18 anos.

- Presença obrigatória durante toda a execução do transporte escolar, diante escala e contratação realizada pela empresa, independentemente do número de passageiros.

- Capacitação compatível com as atribuições do serviço.

- Participação obrigatória em formações, treinamentos e capacitações promovidas ou indicadas pela Secretaria Municipal de Educação.

- Ausência de antecedentes criminais.

- Identificação obrigatória (crachá com nome e função visível).

- Auxiliar no embarque e desembarque, supervisão contínua de segurança, principalmente quanto ao uso do cinto de segurança, e do comportamento dos estudantes.

- Acompanhamento e cuidados de alunos com necessidades especiais.

- Prestar primeiros socorros em casos de emergência e acionar imediatamente os serviços competentes.

- Comunicar imediatamente a empresa e a Secretaria Municipal de Educação sobre qualquer anormalidade no trajeto.

- Vínculo formal com a empresa contratada.

Capacitação continuada dos monitores

a) Considerando que o monitor do transporte escolar exerce função diretamente relacionada à segurança, ao bem-estar e à integridade física dos alunos, especialmente crianças e adolescentes, torna-se necessária a exigência de capacitação continuada desses profissionais. Registra-se que, em experiências anteriores, a ausência de participação de monitores em formações promovidas pela Secretaria Municipal de Educação comprometeu a padronização de procedimentos, a qualidade do atendimento e a efetividade das ações educativas e preventivas. Dessa forma, a participação dos monitores em formações, cursos, reuniões técnicas ou capacitações promovidas ou indicadas pela Secretaria Municipal de Educação deverá ser obrigatória, configurando requisito necessário para a adequada execução do serviço de transporte escolar e para o atendimento do interesse público.

Seguro dos veículos e mitigação de riscos

a) A contratação deverá exigir da empresa executora a manutenção, durante toda a vigência contratual, de apólice de seguro válida, específica para transporte escolar, emitida por seguradora legalmente autorizada pela SUSEP, para cada veículo utilizado na execução do contrato.

b) A apólice deverá contemplar, no mínimo:

- Cobertura de Acidentes Pessoais por Passageiro (APP), abrangendo alunos, motorista e monitor escolar.

- Valor mínimo de cobertura de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) por passageiro, para os casos de morte e invalidez permanente.





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BENEDITO NOVO
CNPJ: 83.102.780/0001-08
Rua Celso Ramos, 5070 - Centro - Benedito Novo - SC
CEP: 89.124-000 - FONE (47) 3385-0487

- Cobertura compatível com a atividade de transporte escolar municipal, incluindo despesas médico-hospitalares e demais riscos previstos na legislação aplicável.

- Identificação expressa do(s) veículo(s) segurado(s), com indicação clara da vigência da apólice e dos valores de cobertura.

c) No levantamento de mercado observou-se que, no setor de transporte escolar, é prática recorrente o parcelamento do prêmio das apólices de seguro dos veículos utilizados na prestação do serviço. Tal prática, embora lícita, implica que a simples apresentação da apólice inicial não garante, por si só, a manutenção contínua da cobertura securitária ao longo de toda a vigência contratual.

d) Verificou-se que a inadimplência de parcelas mensais pode acarretar a suspensão ou o cancelamento da cobertura, expondo os alunos transportados, a Administração Pública e terceiros a riscos relevantes de natureza pessoal, patrimonial e institucional. Ressalta-se que documentos apresentados unilateralmente pela contratada não asseguram, de forma independente e verificável, a efetiva quitação mensal do seguro.

e) Diante desse cenário, a Administração identifica como medida necessária, proporcional e adequada a adoção de mecanismos que permitam a verificação da validade e da quitação das apólices junto às seguradoras emissoras, especialmente nos casos em que o pagamento do prêmio ocorre de forma parcelada. Tal providência visa assegurar a efetiva existência da cobertura durante toda a execução contratual, resguardar o interesse público e mitigar riscos associados à interrupção indevida da proteção securitária, considerando que o objeto da contratação envolve o transporte diário de crianças e adolescentes.

f) A confirmação da regularidade do seguro deverá ser encaminhada diretamente ao e-mail institucional do fiscal do contrato, não sendo admitida a substituição dessa verificação por documentos produzidos ou apresentados unilateralmente pela contratada.

g) As exigências e os procedimentos de fiscalização ora estabelecidos visam resguardar os alunos transportados, a Administração Pública e terceiros, mitigando riscos decorrentes de eventual interrupção, suspensão ou inexistência de cobertura securitária durante a execução contratual.

Identificação Externa do Veículo – Padrão de Placas Informativas

a) Os veículos destinados à execução dos serviços de transporte escolar deverão possuir placas informativas externas, destinadas à identificação operacional das linhas, observando-se, obrigatoriamente, os seguintes padrões mínimos, conforme o tipo de veículo:

I - Dimensões das placas

- Ônibus e Micro-ônibus: placa com dimensões mínimas de 40 cm x 30 cm.

- Vans escolares: placa com dimensões mínimas equivalentes ao formato A3, medindo 30 cm x 20

cm.

II - Padrão gráfico e tipográfico

- Fonte: Arial Black.

- Fundo da placa: cor branca.

- Tarja: tarja horizontal na cor vermelha, destinada à identificação do número da linha.

- Número da linha: inscrição em cor branca, sobre a tarja vermelha.

- Nome da escola atendida: inscrição em cor azul, com destaque visual.

- Descrição da rota/linha: inscrição em cor preta, contendo a identificação resumida do trajeto.

III - Material e visibilidade

- As placas deverão ser confeccionadas em material resistente e refletivo, compatível com uso externo, garantindo durabilidade, legibilidade e visibilidade durante toda a execução contratual.

- É vedada a utilização de placas improvisadas, manuscritas, removíveis ou em desacordo com o padrão gráfico e dimensional estabelecido.

IV - Fixação e conservação

- As placas deverão permanecer fixadas externamente em local de fácil visualização, durante toda a execução do contrato.

- A manutenção, substituição e conservação das placas serão de responsabilidade exclusiva da contratada.





Comprovação de capacidade operacional local

- a) A empresa deverá comprovar capacidade operacional para atendimento das rotas contratadas, por meio de estrutura própria ou contratada.
- b) A estrutura poderá consistir em garagem, pátio, local de apoio ou ponto operacional, não sendo exigida edificação específica, desde que comprovada a disponibilidade, organização e funcionamento regular.
- c) O objetivo é assegurar logística adequada, manutenção da frota e disponibilidade imediata para a execução do serviço e a rápida substituição de veículos com problemas mecânicos.

Responsabilidades da Contratada

- Cumprir integralmente rotas, horários e itinerários definidos pela Administração.
- Manter regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária durante toda a execução contratual.
- Apresentar documentos e relatórios sempre que solicitados pela fiscalização.
- Manter apólices de seguro válidas durante toda a vigência contratual.
- Promover a imediata substituição de veículos, motoristas ou monitores escolares quando necessário.
- Responder por danos causados a terceiros, estudantes ou ao patrimônio público.
- Comunicar previamente ao fiscal do contrato qualquer substituição de veículo, motorista ou monitor escolar.
- A substituição sem comunicação prévia caracteriza descumprimento contratual.
- A reincidência poderá ensejar advertência formal.
- Encaminhar documentação comprobatória das substituições realizadas.
- Garantir a continuidade integral dos serviços.
- Cumprimento integral das obrigações legais e contratuais.
- Treinamento contínuo de motoristas e monitores.
- Responsabilidade integral pela documentação, veículos, manutenção e segurança.
- Observância das normas técnicas, legais e regulamentares aplicáveis.
- Cumprir todas as determinações da fiscalização.

Observações

a) A previsão de tratamento da reincidência de irregularidades decorre da necessidade de assegurar a efetividade da fiscalização e a continuidade segura do transporte escolar.

b) A repetição de falhas previamente registradas demonstra inadequação operacional, exigindo atuação progressiva da Administração, com registro formal, advertência e eventual aplicação de sanções. Tal sistemática observa os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e interesse público.

4.5. Quando o valor de cada item ou lote não ultrapassar R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a licitação deverá ser exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, conforme art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006 e art. 10 do Decreto Municipal nº 117/2023.

4.6. A presente aquisição/contratação será realizada na modalidade de Pregão Eletrônico nos termos do Art. 28, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.7. A contratação decorrente do presente processo licitatório exigirá da contratada o cumprimento das boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos, bem como para a redução dos impactos ambientais.

4.8. Constituem obrigações da contratada:

- a) Providenciar o fornecimento dos objetos ou serviços deste termo, obedecendo os prazos e exigências estabelecidos no edital e seus anexos;
- b) Providenciar, o saneamento de quaisquer irregularidades constatadas no fornecimento dos objetos ou serviços;
- c) Atender prontamente as orientações e exigências do fiscal responsável designado pelo recebimento dos objetos ou serviços;
- d) Emitir e entregar as Notas Fiscais correspondentes para conferência, atesto e pagamento;
- e) Manter durante toda a vigência das obrigações assumidas as condições de regularidade e habilitação exigidas na licitação;
- f) Assumir integral responsabilidade pelos danos causados ao contratante ou a terceiros, na entrega, inclusive por acidentes, mortes, perdas ou destruições, isentando o contratante de todas e quaisquer reclamações cíveis, criminais ou trabalhistas que possam surgir;
- g) Substituir, sempre que exigido pelo contratante e independentemente de justificativa por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais,





inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse do Serviço Público;

h) Reparar, corrigir e substituir, refazer às suas expensas, no total ou em parte, os objetos ou serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

i) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da entrega dos objetos ou serviços e não transferir para o contratante a responsabilidade pelo pagamento dos mesmos;

j) Não terceirizar e nem transferir a outrem, no todo ou em parte, as obrigações assumidas, sem prévia e expressa anuência do contratante.

k) Os veículos, motoristas e monitores apresentados deverão estar efetivamente disponíveis e vinculados à execução do objeto no momento da contratação, sendo vedado:

- O compartilhamento com outros contratos que comprometa parcial ou totalmente a execução das rotas;

- A indicação de estrutura meramente formal, declaratória ou não operacional;

- A utilização de elementos cuja disponibilidade dependa de contratação futura ou incerta.

4.9. Constituem obrigações do contratante:

a) Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, atestar nas notas fiscais a efetiva entrega e recebimento em conformidade com a proposta de preços da contratada, o edital e seus anexos;

b) A Administração poderá, a qualquer tempo, inclusive durante as fases de julgamento, habilitação e contratação:

- Realizar diligências para esclarecimento, verificação e confirmação das informações apresentadas;

- Promover inspeções, consultas a órgãos públicos, cruzamento de dados e verificações documentais;

- Verificar a efetiva disponibilidade dos veículos, motoristas e monitores declarados.

c) As diligências possuem natureza exclusivamente verificatória, sendo expressamente vedadas:

- Substituição de documentos obrigatórios;

- Complementação tardia da estrutura operacional;

- Regularização posterior de condições inexistentes no momento da habilitação.

d) Efetuar os pagamentos à contratada nos termos do edital e seus anexos;

e) Aplicar à contratada as penalidades cabíveis quando houver descumprimento das obrigações assumidas;

f) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada;

g) Rejeitar, no todo ou em parte os objetos ou serviços fornecidos, se estiverem em desacordo com as especificações do edital e seus anexos, assim como da proposta de preços da contratada;

h) Emitir autorização para o fornecimento dos objetos ou serviços e encaminhá-la à contratada;

i) Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários através dos documentos pertinentes;

j) Comunicar a contratada todas as irregularidades observadas durante a entrega dos objetos ou serviços e exigir o cumprimento das obrigações assumidas.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Os serviços serão executados de forma contínua, conforme calendário escolar da rede municipal e estadual de ensino, itinerários e horários definidos pela Secretaria Municipal de Educação, sob fiscalização da Administração.

5.2. Deve ser assegurada a continuidade do serviço durante toda a vigência contratual, sendo vedada interrupção injustificada.

5.3. Os serviços deverão obedecer rigorosamente aos horários e trajetos estabelecidos, sendo vedada alteração sem autorização prévia.

5.4. A execução do objeto será realizada mediante a devida prestação dos serviços, acompanhada da conferência qualitativa e quantitativa pelos responsáveis pelo recebimento e pela fiscalização designados pela Administração.

5.5. Os serviços deverão ser executados diretamente pela empresa vencedora, sendo vedada a transferência ou delegação de responsabilidade. Todas as despesas decorrentes da execução correrão por sua conta e risco, cabendo-lhe assegurar integralmente a eficiência e a qualidade dos serviços prestados.

5.6. O início da prestação dos serviços dar-se-á após a assinatura do contrato e a emissão da respectiva





autorização de execução pela Administração.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei Federal nº 14.133/2021, Art. 115, caput).

6.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3. O contrato firmado entre as partes terá vigência de 12 (doze) meses, com início a partir da sua assinatura, podendo este prazo ser prorrogado mediante termo aditivo nos limites permitidos pela Lei Federal nº 14.133/2021.

6.4. Os serviços prestados e autorizados serão recebidos provisoriamente, pelos responsáveis por seu acompanhamento e fiscalização especialmente designados quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e definitivamente por servidor designado pela autoridade competente, quando o atendimento das exigências contratuais. (Art. 140, inciso I, alíneas a e b, da Lei Federal nº 14.133/2021).

6.5. A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais representantes da Administração especialmente designados, conforme requisitos estabelecidos no Art. 7º da Lei Federal nº 14.133/2021, que deverão cumprir com suas obrigações de conferir, acompanhar e registrar todas as ocorrências relacionadas com a perfeita execução dos serviços ou entrega dos objetos, atestando o correto recebimento ou, se for o caso, determinando o que for necessário para a regularização, se houverem faltas e/ou defeitos observados. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Art. 117, caput da Lei Federal nº 14.133/2021).

6.6. Fica designada para acompanhamento e fiscalização do Contrato a servidora ROSELENI HACKBARTH WERLING, que deve cumprir com as obrigações previstas nos Arts. 12 e 13 do Decreto Municipal nº 32/2025.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento pela efetiva prestação dos serviços deste instrumento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento definitivo (liquidação da despesa), mediante a apresentação da respectiva Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada por agente responsável pelo recebimento, através de Depósito Bancário ou Chave PIX, observando-se ainda a ordem cronológica de pagamentos, nos termos do Art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.1.1. Para execução do pagamento o fornecedor deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, o nome do banco, o número de sua conta corrente e agência Bancária ou Chave PIX, bem como o número da licitação e do contrato.

7.1.2. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida ao fornecedor e o pagamento ficará pendente até que sejam providenciadas as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando quaisquer ônus ao Contratante.

7.2. A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outros de responsabilidade da empresa fornecedora.

7.3. Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

7.4. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens ou à prestação de serviços.

7.5. Os pagamentos devidos ao fornecedor, quando couber e de acordo com a legislação tributária, estão sujeitos à retenção na fonte.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**, com amparo no art. 6º, inciso XLI e art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste instrumento e no edital. O modo de disputa será o **ABERTO**.

8.2. As exigências de **HABILITAÇÃO** são as usuais para a generalidade dos objetos e deverão ser comprovadas





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BENEDITO NOVO
CNPJ: 83.102.780/0001-08
Rua Celso Ramos, 5070 - Centro - Benedito Novo - SC
CEP: 89.124-000 - FONE (47) 3385-0487

exclusivamente e somente pelo licitante vencedor, conforme segue:

8.2.1. Habilitação Jurídica:

- 8.2.1.1. No caso de empresário individual: Registro Comercial e cédula de identidade, ou;
- 8.2.1.2. No caso de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual. CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, ou;
- 8.2.1.3. No caso de sociedade empresária: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, onde se possa identificar o administrador, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos que comprovem a eleição de seus administradores; ou;
- 8.2.1.4. No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o Art. 107 da Lei nº 5.764/1971, ou;
- 8.2.1.5. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: Decreto de Autorização e Ato de Registro ou Autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Será obrigatório, sob pena de inabilitação, que o licitante tenha em seus atos constitutivos/objeto social, as atividades compatíveis com o objeto deste Termo.

8.2.2. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

- 8.2.2.1. Inscrição da empresa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), através de Comprovante de Situação Cadastral emitido pela Receita Federal.
- 8.2.2.2. Regularidade com a Fazenda Federal, através de Certidão emitida pela Secretaria da Receita Federal conjuntamente com a Procuradora Geral da Fazenda Nacional.
- 8.2.2.3. Regularidade para com a Fazenda Estadual, emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda.
- 8.2.2.4. Regularidade para com a Fazenda Municipal, emitida pelo Município sede do licitante.
- 8.2.2.5. Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (CRF), demonstrando a situação regular no cumprimento dos encargos instituídos por Lei.
- 8.2.2.6. Regularidade com a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida pelo TST - Tribunal Superior do Trabalho.

8.2.3. Habilitação Econômico-financeira:

- 8.2.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede da empresa, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias quando não constar expressamente no corpo da Certidão o seu prazo de validade. (Nota: Havendo registro de ação de natureza falimentar, o agente de contratação deverá realizar diligências para apurar a real situação do processo, sendo vedada a inabilitação sumária do licitante apenas pela existência do pedido).

8.2.4. Qualificação Técnica:

- 8.2.4.1. Atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove(m) aptidão para desempenho de atividade de transporte escolar.
- 8.2.4.2. O licitante deverá apresentar juntamente com a documentação de habilitação Declaração subscrita pelo seu representante legal declarando:
 - a) que se responsabiliza civilmente e criminalmente pelos serviços contratados, por prejuízos e danos que venham a causar aos estudantes usuários, aos empregados, ao Município e/ou a terceiros, depois de comprovada sua negligência;
 - b) que se submete à fiscalização da Secretaria Municipal de Educação e/ou da Comissão de Fiscalização constituída e nomeada para este fim, no que diz respeito ao comportamento dos motoristas, situação dos veículos e demais itens pertinentes aos serviços, sem aviso prévio;
 - c) que dispõe de todos os veículos, condutores e monitores necessários para atender aos itinerários dos quais for vencedora, sendo que os mesmos deverão atender as exigências do Código de Trânsito Brasileiro.
 - d) que se responsabiliza pela substituição imediata do(s) veículo(s), nas mesmas ou melhores condições de uso, em caso de impossibilidade de utilização do originalmente utilizado e cadastrado, afim de não prejudicar os estudantes transportados, assim como, pela substituição do(s) motorista(s) e monitor(es).





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BENEDITO NOVO
CNPJ: 83.102.780/0001-08
Rua Celso Ramos, 5070 - Centro - Benedito Novo - SC
CEP: 89.124-000 - FONE (47) 3385-0487

8.3. A empresa, após ser declarada vencedora deverá apresentar ao Responsável pelo Transporte Escolar da Secretaria Municipal de Educação, como condição para assinatura do contrato os seguintes documentos:

- a) Relação contendo os veículos, motoristas e monitores que serão utilizados na prestação dos serviços em cada linha, contendo marca, modelo, placa, ano - nome, cpf e data nascimento;
- b) Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV) conforme Art. 130 do Código de Trânsito Brasileiro;
- c) Apólice de seguro emitida por seguradora autorizada pela SUSEP, contendo identificação do veículo, vigência, coberturas contratadas compatível com atividade de transporte escolar e comprovação de quitação, com cobertura mínima de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) por ocupante, para morte acidental e invalidez permanente;
- d) Carteira de Habilitação do(s) Condutor(es) - Categoria "D ou E" conforme Art. 138, Inciso II do Código de Trânsito Brasileiro;
- e) Comprovação de aprovação em curso especializado para transporte escolar do condutor conforme Art. 138, Inciso V do Código de Trânsito Brasileiro;
- f) Certidão Negativa do Registro de Distribuição Criminal expedida na(s) localidade(s) onde residiu nos últimos 5 (cinco) anos, relativamente aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, renovável a cada 05 (cinco) anos, junto ao órgão responsável pela respectiva concessão ou autorização, em cumprimento ao Art. 329 do Código de Trânsito Brasileiro.

8.3.1. O contrato somente será assinado se a documentação estiver de acordo com o solicitado, caso contrário, a vencedora será desclassificada e serão convocadas as demais empresas, por ordem de classificação.

8.4. Poderão ainda ser exigidas declarações e outros documentos conforme o caso. Além disto, deverá apresentar proposta, preferencialmente nos moldes do edital, com preços finais que não ultrapassem os valores de referência máximos estimados pela Administração.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor total estimado da presente contratação e as devidas justificativas dos parâmetros utilizados para a obtenção dos preços de referência encontram-se no Item 1. acima, deste Termo de Referência.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. Os recursos necessários à presente contratação, acham-se classificados na dotação orçamentária que se segue:

Dotação Orçamentária:	Conta:
EDUCAÇÃO	3390393200
107 - 05.001.0012.0361.0500.2504.150010010000 – Recursos não vinculados impostos – TEF	
372 - 05.001.0012.0361.0500.2504.155070000000 – Transferências do salário educação	
108 - 05.001.0012.0361.0500.2504.155370000000 – FNDE PNATE - TEF	
361 - 05.001.0012.0361.0500.2504.155370000001 – FNDE PNATE - Infantil – TEF	
362 - 05.001.0012.0361.0500.2504.155370000002 – FNDE PNATE - Fundamental – TEF	
363 - 05.001.0012.0361.0500.2504.155370000003 – FNDE PNATE - Médio – TEF	
109 - 05.001.0012.0361.0500.2504.157670000001 – Transporte escolar Estado	
129 - 05.001.0012.0365.0500.2507.150170000000 – Outros recursos não vinculados	





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BENEDITO NOVO
CNPJ: 83.102.780/0001-08
Rua Celso Ramos, 5070 - Centro - Benedito Novo - SC
CEP: 89.124-000 - FONE (47) 3385-0487

ANEXO II
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 87/2026
PREGÃO ELETRÔNICO
PROPOSTA DE PREÇOS FINAL (Vencedor)

Razão Social:	
CNPJ:	
Endereço:	Bairro:
Cidade:	Estado:
CEP:	
Telefone:	
E-mail:	

Item	Qtd	Und	Descrição do Objeto	Preço Unit.	Preço Total

Dados para Depósito Bancário:

Banco:	
Agência:	
Conta:	

Dados do Responsável pela Assinatura do Contrato:

Nome:	
CPF:	

Validade: _____ dias (mínima de 60 dias).

(local e data)

(Assinatura do Responsável Legal)





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BENEDITO NOVO
CNPJ: 83.102.780/0001-08
Rua Celso Ramos, 5070 - Centro - Benedito Novo - SC
CEP: 89.124-000 - FONE (47) 3385-0487

ANEXO III
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 87/2026
PREGÃO ELETRÔNICO

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº _____ / _____

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO
DE BENEDITO NOVO/SC E A EMPRESA
_____, NA FORMA
ABAIXO:**

O MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.780/0001-08, com sede na Rua Celso Ramos, 5070, Bairro Centro, Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, CEP: 89124-000, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, _____, Bairro _____, _____, Estado de _____, neste ato representada por _____, portador da carteira de identidade nº _____ e CPF nº _____, aqui denominada simplesmente de CONTRATADA, com base no edital de **Pregão Eletrônico nº 87/2026**, e disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações, resolvem celebrar o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO

1.1. Constitui objeto do presente contrato a _____, conforme itens, quantidades e características descritas a seguir:

.....

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1. Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do fornecimento, bem como para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Eletrônico nº 87/2026 e seus Anexos;
- b) Proposta de Preços da CONTRATADA.

2.2. Os documentos referidos no item 2.1, são considerados suficientes para, em complemento a este Contrato, definir a sua extensão e, desta forma, reger a execução do objeto contratado.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

3.1. O preço para o fornecimento do objeto deste Contrato, é o apresentado na proposta da CONTRATADA, devidamente aprovado pelo CONTRATANTE, tendo os seus valores unitários especificados no item 1.1 (um ponto um) do presente Contrato.

3.2. O preço retro referido é final, não se admitindo qualquer acréscimo, estando incluídos no mesmo todas as despesas e custos, diretos e indiretos, como também os lucros da CONTRATADA.

3.3. Os valores poderão ser reajustados a cada 12 (doze) meses, pelo INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, ou por outro que venha a substituí-lo.

3.4. A recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dada se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela CONTRATADA (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

3.4.1. Ao solicitar reajuste ou recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, além do requerimento e documentação de comprovação a CONTRATADA deverá





apresentar os documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista atualizados e vigentes.

4. CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. O pagamento pela efetiva prestação dos serviços deste instrumento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento definitivo (liquidação da despesa), mediante a apresentação da respectiva Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada por agente responsável pelo recebimento, através de Depósito Bancário ou Chave PIX, observando-se ainda a ordem cronológica de pagamentos, nos termos do Art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.1.1. Para execução do pagamento o fornecedor deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, o nome do banco, o número de sua conta corrente e agência Bancária ou Chave PIX, bem como o número da licitação e do contrato.

4.1.2. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida ao fornecedor e o pagamento ficará pendente até que sejam providenciadas as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando quaisquer ônus ao Contratante.

4.2. A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outros de responsabilidade da empresa fornecedora.

4.3. Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

4.4. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens ou à prestação de serviços.

4.5. Os pagamentos devidos ao fornecedor, quando couber e de acordo com a legislação tributária, estão sujeitos à retenção na fonte.

4.6. Os recursos necessários à presente contratação, acham-se classificados na dotação orçamentária que se segue:

Dotação Orçamentária:	Conta:
EDUCAÇÃO	3390393200
107 - 05.001.0012.0361.0500.2504.150010010000 – Recursos não vinculados impostos – TEF	
372 - 05.001.0012.0361.0500.2504.155070000000 – Transferências do salário educação	
108 - 05.001.0012.0361.0500.2504.155370000000 – FNDE PNATE - TEF	
361 - 05.001.0012.0361.0500.2504.155370000001 – FNDE PNATE - Infantil – TEF	
362 - 05.001.0012.0361.0500.2504.155370000002 – FNDE PNATE - Fundamental – TEF	
363 - 05.001.0012.0361.0500.2504.155370000003 – FNDE PNATE - Médio – TEF	
109 - 05.001.0012.0361.0500.2504.157670000001 – Transporte escolar Estado	
129 - 05.001.0012.0365.0500.2507.150170000000 – Outros recursos não vinculados	

5. CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO CONTRATUAL, DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO

5.1. Os serviços serão executados de forma contínua, conforme calendário escolar da rede municipal e estadual de ensino, itinerários e horários definidos pela Secretaria Municipal de Educação, sob fiscalização da Administração.

5.2. Deve ser assegurada a continuidade do serviço durante toda a vigência contratual, sendo vedada interrupção injustificada.

5.3. Os serviços deverão obedecer rigorosamente aos horários e trajetos estabelecidos, sendo vedada alteração sem autorização prévia.

5.4. A execução do objeto será realizada mediante a devida prestação dos serviços, acompanhada da conferência qualitativa e quantitativa pelos responsáveis pelo recebimento e pela fiscalização designados pela Administração.

5.5. Os serviços deverão ser executados diretamente pela empresa vencedora, sendo vedada a transferência ou delegação de responsabilidade. Todas as despesas decorrentes da execução correrão por sua conta e risco, cabendo-lhe assegurar integralmente a eficiência e a qualidade dos serviços prestados.

5.6. O início da prestação dos serviços dar-se-á após a assinatura do contrato e a emissão da respectiva autorização de execução pela Administração.

5.7. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei Federal nº 14.133/2021, Art. 115,





caput).

5.8. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.9. O contrato firmado entre as partes terá vigência de 12 (doze) meses, com início a partir da sua assinatura, podendo este prazo ser prorrogado mediante termo aditivo nos limites permitidos pela Lei Federal nº 14.133/2021.

5.10. Os serviços prestados e autorizados serão recebidos provisoriamente, pelos responsáveis por seu acompanhamento e fiscalização especialmente designados quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e definitivamente por servidor designado pela autoridade competente, quando o atendimento das exigências contratuais. (Art. 140, inciso I, alíneas a e b, da Lei Federal nº 14.133/2021).

5.11. O recebimento dos objetos, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da contratada pela sua qualidade e características, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas.

5.12. O Contratante, por intermédio dos seus funcionários designados, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos objetos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado e a proposta apresentada, obrigando-se a contratada a promover as devidas substituições e correções.

5.13. Todo e qualquer fornecimento fora do estabelecido no Edital e seus anexos será, imediatamente, notificada a contratada que ficará obrigada a tomar providências, o que deverá fazer prontamente, ficando entendido que correrão por sua conta e risco tais substituições, sujeitando-se, também, às sanções previstas no Edital e na Lei.

6. CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DO CONTRATANTE

6.1. Constituem obrigações da CONTRATADA:

a) Providenciar o fornecimento dos objetos ou serviços deste termo, obedecendo os prazos e exigências estabelecidos no edital e seus anexos;

b) Providenciar, o saneamento de quaisquer irregularidades constatadas no fornecimento dos objetos ou serviços;

c) Atender prontamente as orientações e exigências do fiscal responsável designado pelo recebimento dos objetos ou serviços;

d) Emitir e entregar as Notas Fiscais correspondentes para conferência, atesto e pagamento;

e) Manter durante toda a vigência das obrigações assumidas as condições de regularidade e habilitação exigidas na licitação;

f) Assumir integral responsabilidade pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, na entrega, inclusive por acidentes, mortes, perdas ou destruições, isentando o CONTRATANTE de todas e quaisquer reclamações cíveis, criminais ou trabalhistas que possam surgir;

g) Substituir, sempre que exigido pelo CONTRATANTE e independentemente de justificativa por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse do Serviço Público;

h) Reparar, corrigir e substituir, refazer às suas expensas, no total ou em parte, os objetos ou serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

i) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da entrega dos objetos ou serviços e não transferir para o CONTRATANTE a responsabilidade pelo pagamento dos mesmos;

j) Não terceirizar e nem transferir a outrem, no todo ou em parte, as obrigações assumidas, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.

k) Os veículos, motoristas e monitores apresentados deverão estar efetivamente disponíveis e vinculados à execução do objeto no momento da contratação, sendo vedado:

- O compartilhamento com outros contratos que comprometa parcial ou totalmente a execução das rotas;

- A indicação de estrutura meramente formal, declaratória ou não operacional;

- A utilização de elementos cuja disponibilidade dependa de contratação futura ou incerta.

6.2. Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, atestar nas notas fiscais a efetiva entrega e recebimento em conformidade com a proposta de preços da CONTRATADA, o edital e seus anexos;

b) A Administração poderá, a qualquer tempo, inclusive durante as fases de julgamento, habilitação e





contratação:

- Realizar diligências para esclarecimento, verificação e confirmação das informações apresentadas;
 - Promover inspeções, consultas a órgãos públicos, cruzamento de dados e verificações documentais;
 - Verificar a efetiva disponibilidade dos veículos, motoristas e monitores declarados.
- c) As diligências possuem natureza exclusivamente verificatória, sendo expressamente vedadas:
- Substituição de documentos obrigatórios;
 - Complementação tardia da estrutura operacional;
 - Regularização posterior de condições inexistentes no momento da habilitação.
- d) Efetuar os pagamentos à CONTRATADA nos termos do edital e seus anexos;
- e) Aplicar à CONTRATADA as penalidades cabíveis quando houver descumprimento das obrigações assumidas;
- f) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- g) Rejeitar, no todo ou em parte os objetos os serviços fornecidos, se estiverem em desacordo com as especificações do edital e seus anexos, assim como da proposta de preços da CONTRATADA;
- h) Emitir autorização para o fornecimento dos objetos ou serviços e encaminhá-la à CONTRATADA;
- i) Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários através dos documentos pertinentes;
- j) Comunicar a CONTRATADA todas as irregularidades observadas durante a entrega dos objetos ou serviços e exigir o cumprimento das obrigações assumidas.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1. Nas hipóteses do não cumprimento de qualquer das cláusulas, condições, obrigações, prazos, descumprimento de normas ou qualquer outra violação contratual, em especial as infrações contidas no Art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, estará a CONTRATADA sujeita às seguintes sanções:

- a) **advertência**;
- b) **impedimento** de licitar e contratar com o CONTRATANTE, pelo prazo de até 3 (três) anos;
- c) **declaração de inidoneidade**, nos termos do Art. 156, inciso IV e §§ 5º e 6º da Lei Federal nº 14.133/2021;
- d) **multa**:
 1. moratória de até 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor inadimplente, até o limite de 30 (trinta) dias. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do Art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.
 2. compensatória de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

7.2. A aplicação das sanções previstas neste Contrato, não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

7.3. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa. (Art. 156, §7º da Lei Federal nº 14.133/2021).

7.4. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da sua intimação.

7.4.1. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE a CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (Art. 156, §8º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

7.4.2. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.5. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contados da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei Federal nº 14.133/2021).

7.6. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do Art. 163 da Lei Federal nº 14.133/2021.





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BENEDITO NOVO
CNPJ: 83.102.780/0001-08
Rua Celso Ramos, 5070 - Centro - Benedito Novo - SC
CEP: 89.124-000 - FONE (47) 3385-0487

7.7. As sanções previstas neste instrumento, poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito e força maior, ou a ausência de culpa da CONTRATADA, devidamente comprovada.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

8.1. As causas de extinção contratual estão estabelecidas no Art. 137, de acordo com as disposições do Art. 138 e 139, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

9. CLÁUSULA NONA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

9.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais representantes da Administração especialmente designados, conforme requisitos estabelecidos no Art. 7º da Lei Federal nº 14.133/2021, que deverão cumprir com suas obrigações de conferir, acompanhar e registrar todas as ocorrências relacionadas com a perfeita execução dos serviços ou entrega dos objetos, atestando o correto recebimento ou, se for o caso, determinando o que for necessário para a regularização, se houverem faltas e/ou defeitos observados. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Art. 117, caput da Lei Federal nº 14.133/2021).

9.1.1. Fica designada para acompanhamento e fiscalização do Contrato a servidora ROSELENI HACKBARTH WERLING, que deve cumprir com as obrigações previstas nos Arts. 12 e 13 do Decreto Municipal nº 32/2025.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Timbó/SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, por estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente contrato.

Benedito Novo, ____ de _____ de ____.

PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

Ana Nicole Oliveira
CPF: 090.892.399-60

Joice Aparecida Costa
CPF: 095.294.259-37

MARCOS ROBERTO GREYER
OAB/SC nº 33595 - Assessor Jurídico

Nome e Função
Fiscal do Contrato





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BENEDITO NOVO
CNPJ: 83.102.780/0001-08
Rua Celso Ramos, 5070 - Centro - Benedito Novo - SC
CEP: 89.124-000 - FONE (47) 3385-0487

ANEXO IV
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 87/2026
PREGÃO ELETRÔNICO

DECLARAÇÃO

A empresa _____, CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Senhor(a) _____, portador(a) do CPF nº _____, DECLARA:

a) que se responsabiliza civilmente e criminalmente pelos serviços contratados, por prejuízos e danos que venham a causar aos estudantes usuários, aos empregados, ao Município e/ou a terceiros, depois de comprovada sua negligência;

b) que se submete à fiscalização da Secretaria Municipal de Educação e/ou da Comissão de Fiscalização constituída e nomeada para este fim, no que diz respeito ao comportamento dos motoristas, situação dos veículos e demais itens pertinentes aos serviços, sem aviso prévio;

c) que dispõe de todos os veículos, condutores e monitores necessários para atender aos itinerários dos quais for vencedora, sendo que os mesmos deverão atender as exigências do Código de Trânsito Brasileiro.

d) que se responsabiliza pela substituição imediata do(s) veículo(s), nas mesmas ou melhores condições de uso, em caso de impossibilidade de utilização do veículo originalmente utilizado e cadastrado, afim de não prejudicar os estudantes transportados, assim como, pela substituição do(s) motorista(s) e monitor(es).

Assim sendo, para fins que se fizer de direito, e por possuir poderes legais para tanto, firmo a presente.

_____, em ____ de _____ de _____.

Assinatura

